



8. ATIVIDADES DO PROJETO³⁹

Além da contratação dos profissionais para prestação da assessoria técnica, será necessário disponibilizar recursos financeiros para o custeio de infraestrutura, materiais, espaços físicos, aquisição de periféricos, desenvolvimento das atividades e contratação de serviços e consultorias indispensáveis à execução do projeto. Todas as atividades inicialmente foram concebidas para serem realizadas presencialmente. Entretanto, diante da pandemia, todas elas foram modificadas para realização à distância atendendo a necessidade das medidas de segurança em saúde. Tais adaptações seguirão na medida em que for necessário diante da Pandemia de Covid-19.

Inicialmente serão adotados os procedimentos e ações necessárias para: I) estabelecimento da assessoria técnica no território, englobando a escolha dos locais para funcionamento dos escritórios, contratação de prestadores de serviços, fornecedores e aquisição de equipamentos/periféricos; II) processo seletivo dos profissionais; III) planejamento e formação das Equipes Técnicas.

Apresentamos as seguintes atividades a serem desempenhadas pela AEDAS na consecução da assessoria técnica.

8.1 Reuniões Iniciais do Projeto

As reuniões iniciais no âmbito da metodologia têm como objetivo apresentar aos atingidos e às atingidas a assessoria técnica e o plano de trabalho, bem como dar início ao planejamento das atividades. Serão desenvolvidas envolvendo as Comissões de Atingidos, Assembleias, Grupos de Atingidos e Atingidas (GAAs) e Coordenadores de GAAs.

8.2 Reuniões Periódicas

³⁹ Evidencia-se neste item o atendimento ao escopo básico, item 1.4, letra c do Edital de Chamamento Público.





As reuniões periódicas ocorrerão nos GAAs, Seminários Regionais, Seminários Temáticos, reuniões de Coordenadores dos GAAs, reuniões com as Comissões de Atingidos entre outros espaços de discussão. Tais reuniões visam efetivar a participação dos atingidos e o monitoramento das atividades realizadas pela assessoria técnica.

Em caráter de continuidade, também serão organizadas atividades internas periódicas de capacitação da equipe técnica multidisciplinar, visando qualificar a atuação, organização e avaliação dos trabalhos prestados pela assessoria.

8.3 Mobilização Social

Conforme apresentado no item 6. Metodologia, um dos objetivos e indicadores da execução do trabalho da assessoria técnica é o aumento da participação, que ocorre por diversas práticas e espaços para mobilização social. A participação ampla e informada dos atingidos ocorre de forma transversal a todas as atividades da Assessoria Técnica, através da organização e monitoramento dos Coletivos de Coordenadores(as) de Comissões, das Comissões de Atingidos e dos GAAs, entre outros espaços. Como previsto na contratação da equipe, os técnicos mobilizadores terão a função de mobilizar e organizar os grupos citados, além de facilitar a comunicação e garantir os fluxos de informações no interior do modelo organizativo.

O término das execuções das Consultorias Especializadas apresentados nesse plano não exclui a atividade aqui descrita, uma vez que os relatórios são documentos que sintetizam parâmetros e diretrizes para o Plano de Reparação Integral dos Danos. A mobilização social visa também facilitar a organização dos atingidos e atingidas na tomada de decisões, conciliações e apresentação de propostas no âmbito da Ação Civil Pública. Dessa forma, é necessária a participação ativa da comunidade para consolidar as propostas da assessoria em ações concretas.

No contexto da Pandemia a organização e realização dos GAAs serão feitas até o número de 10 pessoas por grupo, tanto para realização virtual ou presencial, assim, teremos durante a Pandemia 225 GAAs. Com o retorno a possibilidade de execução de reunião com 15 pessoas retornar-se-á a quantidade de 150 GAAs, com 15 famílias em cada.



8.4 Seminários Regionais

Os Seminários Regionais serão importantes para que seja possível realizar uma revisão da discussão realizada dos ciclos de GAAs comunitário. Nesse sentido, será realizado um retorno da sistematização dos dados levantados, assim como uma discussão dos próximos passos necessários para construção do próximo Ciclo de Debate, o qual terá a temática da Reparação. **Os seminários acontecerão a nível de cada território de trabalho, a partir da junção de 5 GAA.** Em correspondência às medidas de segurança em saúde necessárias diante da pandemia, o quantitativo de participantes/GAA por seminário regional poderá ter diminuição de forma a contemplar os limites de agrupamentos de pessoas.

8.5 Seminários Temáticos

Os Seminários Temáticos são atividades específicas de desenvolvimento da metodologia de participação popular. Conforme explicitado no ponto da metodologia, tais seminários visam fornecer subsídios técnicos para tomada de decisão informada pelos atingidos.

No primeiro ano do Projeto, estima-se inicialmente a realização de 3 seminários temáticos em cada um dos 5 municípios de atuação, por ciclo de debate. Além da realização dos Seminários Temáticos relativos aos Ciclos de Debate, para efeitos orçamentários e de melhor sistematização, as Rodas de Diálogo a serem realizadas em sede do processo de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) também serão contabilizados enquanto seminários temáticos, sendo 7. Nos três anos subsequentes, estima-se a organização 350 seminários temáticos com participação de uma média de 200 pessoas/seminário. O público participante será o de pessoas diretamente interessadas ou envolvidas com as temáticas levantadas, a exemplo: pesca, agricultura, etc.

8.6 Assembleias





As assembleias de atingidos e atingidas são a instância máxima e efetivam a centralidade da vítima no processo de reparação integral. Esses espaços ocorrerão sempre que necessário durante o processo de construção das propostas e tomada de decisão informada pelos atingidos.

As assembleias iniciais serão substituídas por ações de comunicação de larga escala para conhecimento do direito à Assessoria e canais de comunicação e participação. Além disso, enquanto durar a pandemia as Assembleias estão suspensas e serão substituídas por ações de comunicação e outras formas de diálogo virtuais a serem dialogadas com as atingidas e atingidos. No período subsequente após a Pandemia, estima-se a organização de 8 assembleias em cada um dos 5 municípios, com participação de uma média de 350 pessoas/assembleia. Além dessas, também serão realizadas 3 assembleias gerais reunindo toda região 2.

8.7 Atividades desenvolvidas pela Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente⁴⁰⁴¹

8.7.1 Prover a participação informada

Os integrantes da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente serão as principais referências dos atingidos e atingidas no processo de elaboração do Plano de Reparação Integral dos Danos. Os mobilizadores e assessores serão responsáveis pela execução das atividades do Projeto, realizando processo constante de ações e condução de metodologia que permita a democratização da participação e a tomada de decisões. Dessa forma, visa-se assegurar a contribuição nas diferentes áreas de conhecimento, garantindo o fornecimento de informações técnicas adequadas e seguras aos atingidos.

O desenvolvimento da metodologia garantirá a equidade da participação dos atingidos na concepção, formulação, execução, acompanhamento e avaliação de

40 Evidencia-se neste item o atendimento ao escopo básico, item 1.4, letra a do Edital de Chamamento Público

41 Durante o período de Pandemia, as atividades da equipe serão realizadas via Teletrabalho.





eventuais planos, programas, projetos e ações relacionados à reparação integral dos danos decorrentes do rompimento.

Além disso, a linguagem dos documentos e propostas apresentadas pela Vale S.A. devem ser interpretadas e convertidas num formato acessível à população, bem como os saberes da comunidade devem ser levados em consideração na elaboração de planos e estratégias.

Ressalta-se que, durante o período de pandemia, essas atividades serão desempenhadas na modalidade teletrabalho.

8.7.2 Principais atividades desempenhadas pela Equipe de Mobilização:

- a) Mobilizar e informar os atingidos sobre o direito à Assessoria Técnica e os espaços de discussão sobre Reparação Integral;
- b) Mobilizar e informar o planejamento de execução das atividades de discussão sobre Reparação Integral, podendo ser relativa a Assessoria Técnica ou de interesse dos Atingidos referente à sua reparação;
- c) Planejar, elaborar metodologias e auxiliar a organização dos GAAs e demais atividades, incluindo as atividades participativas das Consultorias Especializadas;
- d) Realizar, juntamente a equipe técnica, as reuniões de GAAs, garantindo registro fotográfico e inserindo em relatório escrito;
- e) Realizar em conjunto com demais integrantes da assessoria técnica, reuniões das Comissões, de Coordenadores, Assembleias, Seminários Temáticos e Seminários Regionais;
- f) Visitar e acompanhar as famílias inseridas nos GAAs, buscando compreender os danos principais causados a cada atingido e/ou núcleo familiar;
- g) Alimentar o SIG com informações das famílias acompanhadas e dos levantamentos feitos nos GAAs;
- h) Desenvolver estratégias de mobilização, comunicação e participação informada;
- i) Debater o panorama da situação dos atingidos junto à equipe técnica, para construção de planejamento adequado às suas necessidades e apontamento de famílias que necessitam de encaminhamentos específicos;





j) Elaborar relatórios quinzenais sobre as atividades desenvolvidas, que subsidiarão a construção do relatório semestral da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente; a construção de relatórios servirá de subsídio para a elaboração das matrizes de reconhecimento e reparação.

8.7.3 Principais atividades desempenhadas pela Equipe Técnica:

- a) Proceder estudos e elaboração de conteúdos informativos para materiais de comunicação;
- b) Construir, em conjunto com os mobilizadores, metodologias para a discussão do conteúdo previsto para os GAAs, visando a participação informada da população atingida;
- c) Produzir conteúdo a ser discutido nos GAAs, incluindo instrumentos de levantamento de dados sobre compreensão dos atingidos e atingidas acerca de um tema ou dos danos, incluindo as informações trazidas ou necessárias para as Consultorias Especializadas;
- d) Elaborar instruções detalhadas para os mobilizadores sobre determinados temas para informação dos atingidos e atingidas;
- e) Produção de conteúdo e discussão nos GAAs sobre Direito à Reparação Integral, bem como dos direitos violados pelo desastre;
- f) Elaborar os Termos de Referência e acompanhar a execução das Consultorias Especializadas, construindo conjuntamente as metodologias participativas;
- g) Acompanhar atingidos e atingidas em reuniões com instituições do Estado, da sociedade civil e com o próprio ente Poluidor-Pagador (Vale), no âmbito da discussão, elaboração e defesa da reparação integral e dos direitos relativos;
- h) Proceder interlocução com outros atores no contexto da definição da Reparação Integral, como Instituições de Justiça, órgãos da Administração Pública, Legislativo, Universidades e Instituições de Pesquisa;
- i) Registrar denúncias acerca das violações de direitos dos atingidos e atingidas;
- j) Realizar encaminhamentos necessários referentes à situação de famílias atingidas em situação de extrema vulnerabilidade, caso em que se justifica o tratamento individualizado;
- k) Construir pareceres técnicos quando necessário;



l) Elaborar relatórios mensais das atividades desenvolvidas, que subsidiarão a construção dos relatórios semestrais da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente.

8.8 Do relatório semestral da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente

Os relatórios da equipe técnica multidisciplinar permanente serão elaborados e entregues a cada semestre e serão construídos com base em três eixos principais contidos nos objetivos específicos propostos no plano: participação, informação e reparação integral. Inserindo atendimentos e encaminhamentos realizados acerca dos problemas identificados, além de abordagens realizadas a respeito das demandas consideradas emergenciais.

- a) **Participação:** conterà a descrição de execução das atividades, mencionando a adesão aos GAAs, assembleias, seminários temáticos, seminários regionais, reuniões, entre outros.
- b) **Informação:** serão relatados o acesso aos relatórios das consultorias assim como informações gerais do processo da assessoria técnica assim como as atividades internas da equipe permanente.
- c) **Reparação integral:** serão descritas as iniciativas para construção das diretrizes de reparação, da pauta de reivindicação dos atingidos e atingidas e acompanhamento da negociação e execução das medidas reparatórias.

8.9 Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas.

Todas as atividades desempenhadas pela Assessoria Técnica em conjunto com os atingidos e atingidas visa a participação ampla e informada na construção do processo de reparação integral. Para isso, as atividades listadas aqui, em conjunto com o suporte técnico trazido pelas consultorias especializadas, vislumbram o levantamento dos danos e desenho para propostas de reparação integral. Um dos primeiros objetivos da Assessoria Técnica é construir em conjunto com os atingidos e atingidas a organização popular no levantamento de informações iniciais para subsidiar o processo de reparação integral pelo rompimento da barragem B-I da Mina do Córrego do Feijão.

Para a realização dessa atividade serão incorporados, pelo prazo de quatro meses, 6 profissionais das áreas do direito, agrárias e ciências sociais, que estarão incumbidos da





formulação de uma metodologia para realizar o levantamento dos dados primários e secundários, sistematizar os dados recolhidos e acompanhar as medidas emergenciais. Um instrutor será mobilizado para o treinamento das equipes de mobilizadores e técnicos que aplicarão a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), consistindo no levantamento e produção de informação de forma coletiva a partir do ponto de vista da própria comunidade estudada, junto aos GAAs.

Portanto, serão desenvolvidas duas etapas de levantamentos, contínuas e complementares:

1. Organizar, sistematizar e analisar dados secundários e informações já disponíveis acerca das ações desenvolvidas pelos diferentes atores presentes no território. Esta etapa produzirá uma síntese preliminar dos dados e informações levantadas que servirão de base para atuação da assessoria técnica no município.
2. Na segunda etapa será realizado o DRP, construído diretamente com o conjunto dos atingidos e das atingidas, a partir da metodologia de participação dos GAAs, sendo aplicada pela equipe de mobilizadores e técnicos a partir do treinamento e metodologia desenvolvida pela equipe incorporada.

Para a caracterização e identificação dos danos individuais homogêneos ou danos coletivos dos grupos de atingidos e atingidas que tiveram sua renda, meios de subsistência, e/ou modo de vida comprometidos, ou que tenham sofrido ou venham a sofrer qualquer tipo de dano por fatos decorrentes do rompimento, o DRP será realizado em 4 etapas:

- a) Formulação da metodologia do DRP, criação de instrumentos de coleta de dados e treinamento da equipe de mobilizadores e técnicos responsáveis pela aplicação em campo.
- b) Aplicação das metodologias construídas e dos instrumentos de coleta de dados, contendo o levantamento das demandas emergenciais.
- c) Elaboração de relatoria das rodadas de aplicação da metodologia do DRP por parte de equipe de campo.
- d) Sistematização das informações levantadas e produção do relatório final do DRP pela equipe incorporada. O relatório final conterá também o levantamento dos dados secundários realizado na primeira etapa desta atividade.





Durante o processo de construção do DRP, o levantamento das demandas emergenciais terá a perspectiva de avaliar se estão sendo atendidas, propor o aprimoramento das ações que estão sendo executadas e acompanhará o encaminhamento prático para solução do que for levantado. Portanto, o DRP será instrumento para formulação de uma base de dados e informações acerca dos danos, contendo prévia identificação dos atingidos e das atingidas inseridas nas categorias/grupos, sendo considerado para estruturação do Sistema de Informações Geográficas (SIG). Esta base de dados subsidiará o trabalho das Consultorias Especializadas (descritas no tópico 8.13) na definição sobre as metodologias participativas e instrumentos para aprofundar a análise dos danos causados às categorias/grupos de atingidos e atingidas.

8.10 8.7.2.1 – Equipe de Aplicação de Registro Familiar:

Com a readequação das atividades, serão feitas contratações temporárias, por 02 meses (Mês 04 e Mês 05 do cronograma), 07 (sete) técnicos superior júnior para atuarem especificamente na aplicação do Registro Familiar e sistematização correspondente.

8.11 Construção de diretrizes e acompanhamento de medidas reparatórias

Para a realização dessa atividade serão incorporados 4 profissionais da área jurídica, durante período de 21 meses, consistindo em 3 etapas/objetivos de atuação, sendo o registro de seu desenvolvimento incorporado ao Relatório da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente, no eixo reparação integral. Os objetivos almejados aqui serão trabalhados durante três macro etapas de trabalhos, que serão subsidiadas tanto pelos trabalhos técnicos desenvolvidos nas consultorias especializadas, quanto nas atividades junto aos atingidos e às atingidas.

8.11.1 Construção da Matriz de Reconhecimento (para os seis temas) e construção de Matriz de Reparação Integral (para dois temas)

O produto será a construção de matriz de reconhecimento dos atingidos e atingidas, contendo os parâmetros, diretrizes, critérios de reconhecimento e prioridade, bem como indicadores para avaliação da efetividade das medidas. Será desenvolvida por áreas (ex. saúde, moradia etc.), conforme prioridades estabelecidas pelos atingidos e atingidas e estará em diálogo com as informações produzidas através das Consultorias Especializadas.





Nesse sentido, em cada área a atividade seguirá duas fases:

- a) **Matriz e Reconhecimento de Atingidos (Matriz de Reconhecimento)**, contendo todos os danos identificados, correlacionando-se os critérios identificadores dos atingidos que os sofreram e as formas de comprovação. Essa matriz será construída em diálogo também com os processos de levantamento realizados pela UFMG.
- b) **Matriz de Reparação Integral** será desenvolvida em correspondência com a Matriz de Reconhecimento de Atingidos, contendo medidas reparatórias correspondentes aos danos e a quem os sofreu (tendo em vista que as desigualdades estruturais ocasionam dimensões e gravidades diferenciadas de danos diante do mesmo fato gerador).

8.11.2 Planejamento coletivo das ações e medidas de compensação

Entende-se que a compensação é uma das dimensões importantes no processo de Reparação Integral. Deve compensar elementos de forma individual ou coletiva que não podem ser restituídos ou indenizados. Tem, portanto, uma dimensão não monetária, e está ligada também com o aspecto da satisfação, no sentido dos atingidos e atingidas terem de volta elementos os quais não foram possíveis de restituir, mas que podem e devem ser compensados de alguma forma.

Nesse sentido, o segundo objetivo das atividades da equipe permanente é o planejamento e detalhamento, junto aos atingidos e às atingidas, de propostas de ações e medidas compensatórias aos danos coletivos causados. A atividade será subsidiada pelos resultados obtidos na etapa 1 (Construção de Matriz de Reconhecimento de Atingidos), no sentido de encaminhar uma pauta construída coletivamente de medidas compensatórias que se mostrem alternativas satisfatórias às perdas estabelecidas pelo desastre sociotecnológico. Cabe ressaltar que as propostas resultantes da presente etapa não pretendem esgotar as políticas de compensação no âmbito do processo de reparação.

Vários aspectos ligados ao turismo, relações de lazer e comunitárias estabelecidas com o rio, sofreram danos que devem ser compensados. A análise deve também apontar ajustes necessários e novas ações que precisam ser incorporadas para que haja compensação justa pelas perdas e danos sofridos em relação à sociedade e à natureza.





O desenvolvimento de tais medidas, estando dentro da Matriz de Reparação, estará limitado a dois temas dentre os 6 trabalhados dentro da execução desse plano de trabalho.

8.11.3 Suporte jurídico para acompanhamento das discussões sobre reconhecimento de danos, critérios de reconhecimento de atingidos e sobre medidas reparatórias

O terceiro produto será a atuação em conformidade com os parâmetros internacionais de proteção aos direitos humanos, fornecendo as informações para a compreensão sobre as discussões acerca dos danos levantados e seu reconhecimento para a devida reparação, esclarecendo pontos controvertidos e apoiando na manifestação dos atingidos de forma qualificada e fundamentada. Ainda, no tocante aos 2 temas que será possível desenvolver a Matriz de Reparação integral, essa equipe, promoverá o suporte de informações (para a equipe de campo) para a construção de propostas coletivas para as medidas reparatórias, fundado em parâmetros, diretrizes e critérios em todas as dimensões para constituição da reparação integral (mitigação, compensação, recuperação, restituição, satisfação, não repetição e indenização), tanto para danos materiais como imateriais.

Essa atividade incluirá a construção e definição dessas diretrizes e demais de modo participativo com as comunidades. A equipe acompanhará os atingidos e atingidas em discussões nos GAAs, acompanhamento em reuniões com instituições responsáveis, de modo a garantir a à satisfação dos atingidos e atingidas quanto a compreensão do processo de definição dos danos a serem reparados.

8.12 Formação sobre Direitos

Para a execução dessa atividade serão incorporados à equipe permanente 3 profissionais da área de Direitos Humanos por meio de contratação temporária com objetivo de ofertar formação para cerca de 150 (cento e cinquenta) atingidos da Região 2. O registro do desenvolvimento das atividades será incorporado ao Relatório da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente, no eixo participação.





A atividade de Formação sobre Direitos visa subsidiar os atingidos e as atingidas em todo o processo de reparação, fortalecendo-os no conhecimento de seus direitos, a fim de ofertar a formação necessária a partir de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, baseado em documentos oficiais, tratados nacionais e internacionais sobre a temática. A atividade consiste na execução de espaços formativos e na formulação de materiais formativos sobre aspectos básicos do Direito e do Sistema de Justiça brasileiro, contextualizados à realidade local, objetivando fortalecer os Direitos Humanos e promover a participação ampla e informada nos processos decisórios e a reparação integral das perdas e danos sofridos pelos atingidos e atingidas na Região 2.

A metodologia destacada para garantir a efetivação da atividade se sustenta na realização de 06 etapas formativas voltadas para as lideranças locais, com carga horária de 8 horas cada. No intuito de aplicar uma melhor dinâmica formativa, o público total será dividido em 3 turmas compostas por cerca de 50 indivíduos cada uma, totalizando a execução de 18 seminários formativos. As etapas serão realizadas a cada dois meses, abrangendo um período total de 12 meses de execução. Nesse período haverá a sistematização e produção de materiais formativos a partir dos conteúdos aplicados.

As etapas se orientam a partir das seguintes temáticas:

- I. Contextualização sobre educação em Direitos Humanos e Educação Popular
- II. Elementos jurídicos para a compreensão do Estado e sociedade.
- III. Funções essenciais do direito e sistema judiciário.
- IV. Direitos Humanos e Movimentos Sociais.
- V. O direito e as políticas regionais, locais e municipais.
- VI. Arranjo jurídico-político do desastre na Bacia do Paraopeba.
- VII. Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, Defensores de Direitos Humanos, formas de organização social e métodos de transformação social.
- VIII. Economia Política da Mineração, grandes empreendimentos, direitos socioambientais.
- IX. Responsabilidade criminal, civil e administrativa em conflitos socioambientais e territoriais.





X. Classe, gênero, raça e desigualdade social no Brasil.

XI. Políticas públicas e suas vertentes sociais, ambientais, econômicas e culturais.

XII. Oficina prática: como acessar o sistema de justiça.

XIII. Oficina prática: direito à comunicação e formação de comunicadores comunitários e populares.

O conteúdo dos seminários deverá dialogar com as problemáticas locais, especialmente em relação a situação de vulnerabilidade e violação dos direitos humanos da população da Região 2, no contexto do rompimento de barragem. Ainda, espera-se que sejam abordados de maneira transversal em todos os seminários questões de gênero, raça e desigualdade social. Importante que haja adequação metodológica às dinâmicas locais e a caracterização socioeconômica da população, objetivando a adequação de horários às possibilidades dos atingidos e das atingidas. No mesmo sentido o conteúdo mínimo a ser ministrado deve seguir uma lógica didática, mas tendo em vista se adequar a necessidade dos atingidos e atingidas, de forma que a sequência apresentada pode ser alterada.

8.13 Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de Gênero das propostas de medidas reparatórias

Serão contratadas 5 profissionais para o levantamento e análise dos danos na vida das mulheres causados e/ou agravados pelo rompimento da barragem. A equipe também fará a avaliação e monitoramento dos relatórios de medidas reparatórias com objetivo de levantar as diferenças e desigualdades enfrentadas especificamente pelas mulheres atingidas com o objetivo de alcançar equidade no processo de reparação.

A divisão sexual do trabalho, entendida como a divisão social do trabalho entre os sexos é uma das bases materiais do patriarcado, estrutura fundante da sociedade. A divisão sexual do trabalho implica que as mulheres sejam responsabilizadas pelos trabalhos domésticos e de cuidados, entendidos como uma multiplicidade de tarefas cotidianas dentro e fora do ambiente doméstico que envolvem a relação de cuidados com a família, com a casa e com as crianças. De acordo com a ONU Mulheres, o trabalho de cuidado é essencial e primordial para o desenvolvimento da economia e é feito majoritariamente e de maneira não remunerada pelas mulheres.





Os impactos de um trauma coletivo da magnitude do rompimento da barragem da Vale S. A., que vitimou centenas de pessoas, e contaminou grande parte da extensão do Rio Paraopeba, podem aprofundar desigualdades e sobrecarregar essas mulheres no cuidado com a família, com a casa e com a comunidade de maneira a comprometer a sua saúde e até o trabalho remunerado.

Os organismos internacionais vêm reconhecendo cada vez mais que as populações afetadas podem sofrer diferentes formas de violência de gênero em conflitos e desastres naturais, seja durante os deslocamentos, seja após o retorno às residências. Especificamente, há um reconhecimento crescente de que a violência doméstica entre cônjuges é motivo de preocupação especial em relação à violência em situações de crises humanitárias. O acirramento dos processos de vulnerabilização das mulheres em desastres de tamanha magnitude também gera consequências no aumento do número de casos de violência sexual e abuso. Além disso, a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado produzem consequências importantes para a saúde mental das mulheres que carecem de levantamentos. As múltiplas faces na qual as violências contra as mulheres se manifestam devem ser monitoradas.

Os históricos dos processos de reparação das populações atingidas mostram diferenças de acesso aos recursos da reparação entre homens e mulheres, justifica-se então o monitoramento das propostas dessas medidas objetivando equidade para as atingidas. Dessa forma é necessário um olhar técnico para o levantamento dos danos na vida das mulheres assim como o acompanhamento e avaliação das propostas de medidas de reparação. Em resumo os produtos desse monitoramento são:

- a) Levantamento dos danos na vida das mulheres causadas ou agravados pela contaminação do Rio Paraopeba e as mudanças nos modos de vida.
- b) Identificação das demandas prioritárias relativas aos danos causados e ou agravamentos pela contaminação do Rio Paraopeba.
- c) Monitoramento de gênero e análise das propostas de medidas de reparação (para os dois temas que terão Ciclo de Debate Reparação).





8.14 Consultorias Especializadas

A Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente também coordenará o processo de especificação, planejamento, monitoramento e acompanhamento da contratação temporária de consultorias especializadas, que terá por objetivo subsidiar o aprofundamento da identificação e caracterização de indivíduos ou grupos populacionais, bem como prover informações complementares referentes à extensão, intensidade e especificidades dos danos sofridos. Os trabalhos das consultorias junto aos GAAs serão sempre mediados pela Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente de forma a evitar a “fadiga de escuta”.

Distingue-se os assessores permanentes dos consultores especializados pelo nível de especialização. Os primeiros no nível pleno de conhecimento generalista. Os segundos de nível sênior com conhecimento aprofundado em alguns aspectos específicos em temas e áreas da respectiva atuação profissional. Existem ainda objetos de análise/estudo que demandam monitoramento em médio e longo prazo visando obtenção de séries robustas e confiáveis de dados e informações de maneira a proporcionar redução de incertezas científicas e estatísticas.

Estabeleceu-se a divisão das demandas em temas gerais a serem trabalhados ao longo nos dois anos e meio nos quais serão concluídos os estudos. Tais temas serão de fundamental importância seja no levantamento de dados, realização de diagnósticos, estudos e análises, que subsidiarão a edificação do Plano de Reparação Integral dos Danos ou ainda para auxiliar na resolução de problemáticas imediatas das comunidades.

A descrição de cada consultoria apresentada no presente Projeto deve ser entendida sob a forma de ementa. Caberá aos integrantes das Equipes de Gestão e Técnica Multidisciplinar Permanente o planejamento coletivo junto aos atingidos e atingidas de sua execução, incluindo-se a definição de prioridades, bem como aprofundar e detalhar o conteúdo das consultorias especializadas, elaborando o Termo de Referência que definirá o escopo dos serviços a serem contratados e executados.

Em um contexto no qual mais de um agente produzirá estudos, importante diferenciar os estudos da Assessoria e explicitar a sua unicidade. Somente a assessoria proporcionará uma metodologia participativa, com acesso para todos do território que desejem participar, iniciando pela informação aos atingidos sobre estudos e dados já levantados e a partir disso a definição dos estudos a serem feitos na medida das necessidades de compreensão demandadas pelos atingidos. Essa metodologia





proporcionará a checagem e justaposição dos dados, evitando duplicação de esforços na construção dos estudos, mas principalmente possibilitará verificação de questões e especificidades demandadas pelos atingidos o que possibilitará a acreditação na produção dos estudos em geral.

Em um cenário de desconfiança sobre as informações, a importância de ter estudos nesse formato de desenvolvimento é crucial, pois são eles que possibilitam as fases de compreensão, adequação e saneamento de dúvidas com estudos complementares e em discussões em espaços participativos. Aqui, as funções da ATI de possibilitar participação informada, capacidade dos atingidos de influir sobre as decisões relativas à reparação e a pacificação através dos entendimentos coletivos sobre os danos se destacam.

Nesse sentido, para que os estudos sejam adequados às demandas e considerem especialmente os estudos realizados pela UFMG e os dados auditados pela AECOM produzidos pela empresa, todas as consultorias seguirão a seguinte estrutura básica: Fase 1: levantamento, análise e sistematização de estudos e dados secundários relativos ao tema e com indicação de pontos cegos importantes para compreensão dos danos, bem como proposta de metodologia para as próximas fases, sendo este o primeiro relatório; Fase 2: adequação das fases e metodologias seguintes dos estudos com base nas demandas e dúvidas apresentadas nos GAAs a partir da discussão das informações existentes.

Assim, o desenvolvimento de cada consultoria especializada será consubstanciado em relatórios técnicos, cuja estrutura poderá conter, entre outros:

- a) Termo de Referência elaborado pela Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente para contratação da consultoria especializada, com definição de escopo, objetivos, atividades e cronograma de execução;
- b) Relatório contendo revisão bibliográfica sobre o tema e metodologia de execução
- c) Relatório(s) Parcial(is) de execução;
- d) Relatório Final de execução;

As consultorias estão agrupadas em 3 categorias de estimativas de custos de execução. Os valores não são taxativos, definitivos. Poderão ser alterados mediante delimitação do escopo de cada consultoria e quando submetidos a procedimento de concorrência.





A partir das escutas realizadas nas reuniões com as Comissões de Atingidos durante a elaboração do Plano de Trabalho, levando em consideração as informações obtidas das perdas e danos previamente declarados e as informações necessárias para fundamentar a preparação do Plano de Reparação Integral dos Danos, apresentamos abaixo a lista de consultorias inicialmente demandadas:

Tabela 8: Consultorias Especializadas

Descrição das Consultorias Especializadas		Categoria Consultoria Especializada	Duração (mês)
1	Levantamento das demandas em saúde e estudo sobre implementação de políticas públicas	III	15
2	Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	III	21
3	Levantamento de danos aos animais	II	19
4	Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	II	21
5	Levantamento documental e dos danos dos povos, comunidades tradicionais e de religiões de matriz africana	I	17
6	Levantamento dos danos às atividades de pesca artesanal, profissional e recreativa	III	21
7	Estudo para recuperação do Rio Paraopeba e de rios tributários (afluentes)	II	19
8	Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	I	16
9	Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	I	15
10	Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	III	18
11	Levantamento de danos ao patrimônio histórico e cultural	I	16
12	Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	II	14
13	Plano de recuperação e desenvolvimento da zona rural	I	19
14	Plano de recuperação e desenvolvimento da zona urbana	I	19





8.14.1 Levantamento das demandas em saúde e estudo sobre implementação de políticas públicas.

A consultoria tem três objetivos principais, os quais sejam: (I) Levantar os casos em situação emergencial na saúde da população de atingidos; (II) Diagnóstico sobre o estado de saúde-doença do conjunto da população atingida, antes e após o rompimento; (III) Estudo sobre a implementação de políticas públicas de saúde, saúde mental e assistência social.

Sabendo da complexidade dos temas que serão propostos para a consultoria de saúde, foram demarcadas duas equipes para os seguintes campos de atuação: 1) diagnóstico sobre a saúde da população a curto, médio e longo prazo; 2) insumos e produção de medidas reparatórias sobre o estado das políticas públicas antes e depois do desastre sociotecnológico. Essas equipes trabalharão tendo como pressuposto que os diversos temas relacionados com saúde se entrelaçam, ou seja: o diagnóstico sobre as condições de saúde da população atingida se associa às circunstâncias e situações nas quais se encontram o sistema público de saúde para o acolhimento dessas demandas. Além disso, também estará em constante preocupação com a necessidade de se pensar, coletivamente, propostas de efetivação de novas políticas públicas que dê conta da atual situação.

Com relação ao primeiro ponto, podemos especificar na literatura algumas distinções dos danos à saúde dentro de um marco temporal. Sendo assim, estudos apontam para dois grupos que podem ser identificados em situações pós desastres, de acordo com FREITAS, (2019)⁴² :

O primeiro se relaciona às perdas (materiais e afetivas), rupturas e/ou interrupções dos modos de viver e trabalhar, com efeitos sobre as condições de vida e saúde. Seus efeitos sobre a saúde mental podem ser imediatos, ampliar e prolongar na medida em que incertezas e inseguranças sobre o futuro se combinam com a ausência de resolutividade dos seus problemas e necessidades pelos órgãos públicos e empresas produtoras dos desastres (...), acentuando o sofrimento emocional e psíquico. O segundo está relacionado à exposição aos contaminantes presentes na lama de rejeitos ou remobilizados a partir do desastre, os quais estarão presentes nos solos (incluindo particulados em suspensão da lama seca), rios e sedimentos. Seus riscos e danos à saúde tendem a ser de médio e longo prazos, atingindo, em particular, grupos populacionais de maior vulnerabilidade como gestantes, crianças e idosos, podendo resultar em desfechos negativo à saúde, não necessariamente de caráter agudo, e com possíveis repercussões clínicas tardias.

42 FREITAS, Carlos Machado de et al. Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. e00052519, 2019.



Ainda sobre os possíveis danos que o desastre sociotecnológico pode causar à saúde humana, uma avaliação preliminar do Instituto Fundação Oswaldo Cruz (2019)⁴³ aponta para a conclusão de que o desastre tende a agravar doenças crônicas pré-existentes na população afetada direta ou indiretamente, como doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes, insuficiência renal, além de indicar possíveis efeitos a curto e longo prazo na saúde dos atingidos. Situações sobre as quais já foram observadas durante as reuniões de campo, junto a população, no processo de elaboração e validação do plano de trabalho e carecem de análises mais aprofundadas e medidas coletivas que amparem a população de atingidos.

Quanto ao segundo ponto de justificativa, pensando nesse contexto e dada a gravidade do desastre, a consultoria prevê o estudo retrospectivo e prospectivo ao rompimento da Barragem Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, das redes de saúde que amparam a população, a partir do princípio da integralidade do SUS. Sendo assim, o estudo das políticas públicas torna-se necessário nas três principais instâncias da rede, sendo elas no âmbito das políticas públicas de saúde, de assistência social e estudos específicos sobre os serviços de saúde mental.

Dessa forma, a consultoria prevê um fio condutor de análise subdividido em duas equipes com metodologias e produtos distintos. A abordagem metodológica utilizada para o levantamento em saúde emergencial e o conjunto de danos à saúde da população será mista, envolvendo a coleta, a análise e a produção de dados quantitativos e qualitativos. A consultoria será realizada a partir da entrega de quatro produtos principais, os quais sejam:

- a) Relatório de planejamento e metodologia acerca dos danos emergenciais em saúde e do estado de saúde antes e após o desastre sociotecnológico.
- b) Levantamento de demandas emergenciais em saúde e do estado de saúde da população.
- c) Relatório de sistematização dos dados e diagnóstico parcial em ações emergenciais.
- d) Relatório de diagnóstico final.

43 ROMÃO, Anselmo et al. Avaliação preliminar dos impactos sobre a saúde do desastre da mineração da Vale (Brumadinho, MG). 2019.





Para o levantamento das demandas de cunho emergencial dos atingidos, será necessária a realização de redes de contato, diálogo e entrevistas com agentes das instituições de saúde da região 2⁴⁴, em conjunto com o trabalho de busca ativa através de registros na UPA, hospital, Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, Núcleo de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – NUPIC, unidades básicas de saúde – UBS, Estratégia Saúde da Família – ESF, e Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF e outros, caso necessário.

A análise dos dados levantados através de entrevistas semi-estruturadas e a busca ativa dos registros das instituições de saúde darão amparo à elaboração de um diagnóstico parcial que possibilite o levantamento das demandas em estados emergenciais. Na sequência será realizado o levantamento de danos à saúde dos atingidos antes e após o rompimento, considerando indicadores e informações sobre a saúde integral da população de atingidos e atingidas, estudos já realizados no território e análise dos dados coletados nas redes de saúde do município.

Quanto ao estudo sobre as políticas públicas de saúde, saúde mental e assistência social, que será realizada pela segunda equipe, há previsão de uma abordagem metodológica mista, envolvendo a coleta, a análise e a produção de dados quantitativos e qualitativos. Subsidiando-se de dados secundários contendo as seguintes etapas:

- a) Relatório de planejamento e de metodologia das redes de saúde.
- b) Relatório parcial a partir da sistematização de dados e agrupamento dos três setores (políticas públicas de saúde, saúde mental e assistência social).
- c) Relatório final.

Será realizado a partir do contato com os profissionais de saúde e levantamento dos registros e prontuários das instituições destacadas, com a possibilidade de haver acréscimos, de acordo com a necessidade encontrada no decorrer do levantamento: Redes de Atenção à Saúde (RAS), ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

44 A região 2 comporta alguns dos municípios metropolitanos de Belo Horizonte que estão no raio do Rio Paraopeba, sendo eles: Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba.



8.14.2 Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos

Essa consultoria objetiva realizar o levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos da barragem da mina do Córrego do Feijão, a partir da sistematização de relatórios e dados já efetuados pelos órgãos ambientais ou de pesquisa, bem como da realização de coletas e análises laboratoriais. Levará também em consideração os estudos realizados pelas chamadas da UFMG no sentido de sua complementação, justaposição e acreditação junto aos atingidos, quando necessário.

Devido ao rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, expressiva carga de milhares de toneladas de diversos metais pesados foram lançadas nas águas do Rio Paraopeba, para além de outros milhares de toneladas de fino material com partes sedimentáveis e parte que impede a penetração de luz solar na massa líquida, fator essencial à vida de metabolismo aeróbio. Sabe-se que há efeitos nocivos à biodiversidade aquática e do solo em decorrência da disponibilização de metais pesados como cádmio, chumbo, mercúrio e outros – como já identificados nas águas do Rio Paraopeba – no que se refere à microfauna e microflora, e que estes são potencializados a cada degrau ascendente na cadeia alimentar⁴⁵.

Além disso, em todas as comunidades da Região 2 que participaram do processo de levantamento dos danos para a elaboração do presente plano, foram verificadas preocupações sobre as consequências da lama nas condições ambientais e de saúde a curto, médio e longo prazo. Dessa forma, justifica-se a necessidade de um o levantamento das condições ambientais.

A obtenção de dados primários relativos aos componentes físicos do meio ambiente é condição fundamental para melhor entendimento dos riscos por parte dos atingidos e atingidas. Os serviços deverão ser realizados por instituição especializada que não tenha relação direta com a Vale, incluindo período de anos recentes, e que seja reconhecida por sua imparcialidade e defesa de interesses públicos e coletivos, notadamente quanto à saúde, sendo eles:

45 A biomagnificação é o conceito relativo ao aumento da concentração de uma substância ou elemento nos organismos vivos, à medida que percorre a cadeia alimentar e passa a se acumular no nível trófico mais elevado.





- Acompanhamento dos dados, relatórios e outros estudos elaborados pelas instituições ambientais e/ou de pesquisa acerca das condições ambientais na extensão do Rio Paraopeba na Região 2 após o rompimento da barragem
- Coleta de amostras, identificação e preservação do material, transporte, armazenamento, em tempo de estiagem e de chuva, quando necessário.
- Realização de análises laboratoriais;

Para a realização do levantamento, será necessária a construção de uma rede de contatos com órgãos que possuam relação com o desenvolvimento da temática, dentre os quais apontamos o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Instituto Estadual de Florestas- IEF; Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM; Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM; Secretaria de Meio Ambiente das 5 cidades da região 2; Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Assim, visando à realização do levantamento dos aspectos ambientais de forma que contemple o objetivo desta consultoria, a mesma terá a entrega de 6 produtos, sendo eles:

- a) Relatório de planejamento e metodologia de execução.
- b) Relatórios periódicos de acompanhamento dos dados acumulados em estudos elaborados pelas instituições ambientais e/ou de pesquisa acerca das condições ambientais do vale do Rio Paraopeba após o rompimento da barragem, na extensão do Rio Paraopeba que abrange a Região 2.
- c) Relatório de coleta de amostras, identificação e preservação do material, transporte, armazenamento, em tempo de estiagem e de chuva, quando necessário.
- d) Relatório de análises laboratoriais a serem realizadas pela consultoria, quando necessário.
- e) Produção de material informativo.
- f) Relatório final.

8.14.3 Levantamento de danos aos animais





A consultoria visa (I) construir processo de identificação dos danos causados aos animais extraviados, desalojados ou prejudicados das distintas formas, considerando os danos físicos e de exposição a possíveis consequências de intoxicação em decorrência ao rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão; (II) elaborar medidas capazes de contribuir para a reparação integral aos danos identificados. Esse processo será realizado a partir de processos participativos junto aos atingidos e atingidas. Salienta-se considerar os animais de criação visando a produção (aves, peixes, bovinos, ovinos e caprinos) e os animais domésticos (cachorros, gatos, equinos, entre outros).

Nas comunidades urbanas, a preocupação com a assistência animal tem relação tanto com as possíveis doenças que poderiam transmitir para humanos, quanto aos cuidados com os animais domésticos que fazem parte do convívio familiar e comunitário, ou seja, há uma dimensão de afeto que envolve e dimensiona a saúde na relação com o meio. A consultoria se justifica pelos relatos concretos de morte e evidências de intoxicação de animais após o rompimento, apresentando considerável importância ao risco contaminante por metais pesados.

Além disso, caberá identificar a destruição das benfeitorias e dos demais espaços de criações decorrentes do avanço da lama de rejeitos, causando danos econômicos e materiais aos atingidos. Os produtos previstos para essa consultoria são:

- a) Relatório de sistematização dos dados primários e secundários dos danos às espécies domésticas atingidas.
- b) Relatório de identificação dos danos às espécies comerciais e cadeias produtivas atingidas.
- c) Identificação, encaminhamento e acompanhamento de animais mortos no contexto do crime em conformidade as chamadas da UFMG.
- d) Produção de materiais informativos.
- e) Relatório final.

Para a realização desse levantamento, faz-se necessário o diálogo com órgãos que possuam relação com a temática, sendo eles o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD e o Instituto Estadual de Florestas- IEF.





8.14.4 Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural.

A consultoria possui como objetivos três eixos centrais: (I) Detalhamento dos danos à agricultura e identificação dos agricultores atingidos em decorrência do desastre; (II) Caracterização dos arranjos produtivos presentes no território; e (III) Desenvolvimento de orientação técnico/produtiva visando a continuidade da prática agrícola no território. Os objetivos serão tratados pela equipe técnica permanente de maneira transversal, visto que, os danos ocasionados tangenciam desde as práticas produtivas, à potencial contaminação por metais pesados da água, solo e produção, além de restrições comerciais por receio quanto à sua contaminação.

O estudo de identificação dos danos causados ao setor da agricultura e o desenvolvimento de ações de orientações técnico/produtivas se justificam pela elevada dimensão e importância que a atividade agrícola apresenta no território da Região 2. Praticamente todas as comunidades rurais possuem seu histórico ligado à agricultura e até os dias atuais esse setor possui destacada importância social, cultural e econômica. Segundo dados preliminares do último censo agropecuário de 2017, somadas as cidades de Mário Campos, Betim, Juatuba, São Joaquim de Bicas e Igarapé, são 18.456,882 hectares as áreas das propriedades existentes nos municípios, sendo divididas em 709 estabelecimentos rurais que praticam a agricultura. Ainda diante dos dados, destaca-se que, 63% dos estabelecimentos declaram não utilizar agrotóxicos em seus cultivos, sendo o número de pessoal empregado de 2.536 pessoas. O potencial agrícola do território é evidenciado pela diversidade de cultivos temporários e perenes, com destaque para mexerica, mandioca e forte presença da horticultura, além da pecuária. Paralelo aos potenciais dados agrícolas, 64% dos estabelecimentos afirmam nunca ter recebido assistência técnica, evidenciando a urgência em desenvolver ações de orientação técnico/produtiva, que consigam alcançar o conjunto de agricultores atingidos, na perspectiva de viabilizar os aspectos produtivos objetivando um desenvolvimento rural sustentável.

O desenvolvimento das atividades se sustenta a partir dos dados iniciais obtidos no Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), sendo também realizado o levantamento das medidas emergenciais, ofertando elementos que serão aprofundados pela Consultoria. Dessa forma, serão realizados levantamentos do público atingido e dos danos à agricultura na Região 2, caracterização dos arranjos produtivos e orientações técnico/produtivas, em





consonância com a demanda dos atingidos e das atingidas. Objetiva-se elaborar relatórios e estudos capazes de contribuir para a construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, entre outras, centrado na expansão e fortalecimento dos agricultores, buscando viabilizar a melhoria da qualidade de vida no meio rural, adotando os princípios da agroecologia como eixo orientador das ações.

As atividades da consultoria acontecerão a partir dos seguintes produtos:

- a) Levantamento inicial dos dados secundários relacionado às ações já desenvolvidas no território: Plano de agricultura da Vale, EMATER e Secretarias Municipais de Agricultura.
- b) Relatório de detalhamento dos danos relacionados à agricultura no sentido da produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização.
- c) Relatório de caracterização do público de agricultores atingidos pelo desastre.
- d) Relatório de identificação dos arranjos produtivos.
- e) Relatório propositivo de diretrizes e ações relativas ao desenvolvimento da agricultura.
- f) Produção de material informativo.

8.14.5 Levantamento documental e dos danos dos povos, comunidades tradicionais e de religiões de matriz africana.

Na Região 2, há presença de povos e comunidades tradicionais que tiveram seus modos de vida atingidos pelo rompimento da barragem e contaminação do Rio. É o caso dos povos de religião de Matriz Africana que utilizavam o Rio Paraopeba no exercício de sua espiritualidade. Somada a essa questão, também estão os danos aos possíveis contaminantes por metais pesados e todo impacto na fauna e flora, causando interferência na dinâmica natural das comunidades. Nesse sentido, existem danos específicos que devem ser estudados para a construção da reparação integral. De acordo com artigo 5º da Convenção 169 da OIT “*os valores e práticas sociais, culturais, religiosos e espirituais desses povos deverão ser reconhecidos e a natureza dos problemas que enfrentam, como*





*grupo ou como indivíduo, deverá ser devidamente tomada em consideração*⁴⁶ (OIT, 1989). Como o Brasil é signatário de tal convenção é necessário considerar tais questões, principalmente o protocolo de consulta prévia, no processo de reparação desses povos.

Nesse sentido, a presente consultoria tem como objetivo a elaboração de Protocolo de Consulta, discussões relativas à direitos, levantamento documental necessário e o acompanhamento do diálogo das comunidades com as demais consultorias para diagnóstico e formulação das medidas reparatórias com base no Protocolo formulado. Para atingir tais objetivos, a metodologia de ação da consultoria apresenta ordem de execução com início marcado pela discussão do direito a CCPLI junto à comunidade como primeiro momento de apropriação sobre o direito e compreensão do que ele significa no contexto da Reparação Integral. A discussão ofertará elementos que conduzirá a elaboração de Protocolo de Consulta. Esse vinculará todas as ações de outras consultorias e, principalmente qualquer decisão relativa à ação e intervenção a ser realizada em seus territórios, é um fio condutor que guiará o que e como fazer⁴⁷. Compreende-se que a Consulta deve ser realizada pelo Estado Brasileiro, através da Fundação Cultural Palmares, a consultoria tem em seu objetivo estabelecer desde o início diálogo dos Atingidos e Assessoria com o órgão.

Por fim, tal consultoria deverá acompanhar o diagnóstico de danos que lhes foram causados pelo desastre sociotecnológico da mineradora Vale e a elaboração das medidas reparatórias. Faz-se necessária a demanda do estudo por se tratar de um público que carrega suas especificidades a partir das tradições, culturas e ancestralidade, as quais são protegidas e garantidas por lei.

O desenvolvimento das atividades da consultoria será executado a partir de:

- a) Protocolo de consulta conforme normativa da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

46 Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2019

47 É possível, ainda, que durante o processo de construção da Matriz de Reparação seja construído protocolo de Consulta Complementar que contemple a diversidade de danos levantados e necessidades de reparações que eventualmente não estiveram acordadas inicialmente e necessitam de nova consulta prévia.





- b) Relatório de levantamento da situação documental e informações sobre povos e comunidades de matriz africana e casas religiosas de matriz africana.
- c) Relatório de diagnóstico dos danos aos povos e religiões de matriz africana.
- d) Produção de Material informativo.

8.14.6 Levantamento dos danos às atividades de pesca artesanal, profissional e recreativa

Esta consultoria especializada visa a (I) identificação, caracterização e levantamento dos danos às atividades de pesca, em suas diversas modalidades; (II) construir propostas para fins de reparação; (III) levantamento e identificação dos pescadores e pescadoras, regulamentados ou não, que desenvolviam suas atividades no Rio Paraopeba em todos os municípios da Região 2.

O rompimento da barragem resultou em mudanças abruptas no modo de vida dos pescadores e pescadoras da Região 2. A atividade de pesca geralmente apresenta-se como interação socioambiental – em que o conhecimento do comportamento dos estoques e dos processos reprodutivos correspondentes é orientador das técnicas e do próprio ecossistema –, organizadora das dimensões extraeconômicas e da vida social, tanto na esfera familiar como comunitária, com intensa carga simbólica, de receitas, hábitos, tabus alimentares, festividades e anedotas populares. Nos municípios da Região 2, muitos moradores tinham a comercialização dos peixes como principal fonte de renda, de subsistência e também como forma de lazer. Essa era a principal ocupação cotidiana de parcela das pessoas atingidas, especialmente aposentadas e idosas, que escolheram viver próximas ao rio em busca de tranquilidade e fácil acesso ao lazer proporcionado pelo mesmo.

As secretarias estaduais de Saúde, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais informaram que a água do Rio Paraopeba apresenta riscos à saúde humana e animal. O MPMG recomendou a proibição da pesca no Rio Paraopeba e seus afluentes devido a contaminação por rejeitos advindos do rompimento da barragem. A contaminação das águas pelos rejeitos, o mau cheiro exalado do Rio, a mortandade dos peixes, entre outros





fatores, impedem a continuação das atividades de pesca artesanal, esportiva e profissional, assim como as atividades de lazer da comunidade, justificando assim a necessidade dessa consultoria especializada. São produtos dessa consultoria:

As etapas dessa consultoria contemplam:

- a) Relatório de Identificação dos pescadores e pescadoras, regulamentados ou não, que desenvolviam suas atividades no Rio Paraopeba em todos os municípios da Região 2.
- b) Relatório de Identificação, levantamento e categorização dos danos às atividades de pesca, em suas diversas modalidades.
- c) Relatório de levantamento de demandas.
- d) Relatório final.

Para a realização desse levantamento, se faz necessário o contato com órgãos que possuem relação com o desenvolvimento do tema, sendo eles a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; secretarias estaduais de Saúde, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais.

8.14.7 Estudo para a recuperação do Rio Paraopeba e de rios tributários (afluentes)

Os severos impactos sociais (sobretudo à saúde humana e animal), econômicos e ambientais oriundos do desastre sociotecnológico no médio curso do Rio Paraopeba, têm como principal meio de contínua difusão de danos e perdas aos atingidos e atingidas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, em suas extensões temporal e territorial, as águas superficiais do Rio Paraopeba e as águas subterrâneas. Para fazer frente a esta situação e minimizar drasticamente os meios de exposição da população atingida, justifica-se dinamizar formas eficazes e efetivas de cuidar das águas e, a elas e a seus usos existentes no período anterior ao desastre, empenhando esforços buscam reverter o processo de danos e perdas em curso.





Este trabalho prevê a utilização dos resultados da consultoria “Levantamento dos aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos” e também dos dados produzidos pelos estudos realizados pela UFMG, com relação a análise de contaminantes das águas analisadas. Dentre as atividades com potencial de reversão do contexto atual, elenca-se:

- I. Identificação da situação de qualidade e quantidade de água em cada uma das sub-bacias e aquíferos do território atingido, com base em resultados da consultoria de Levantamento dos aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos. Inclui-se também informações dos usos e usuários existentes, com destaque para os usos prioritários (abastecimento público e dessedentação animal);
- II. Análise do potencial das sub-bacias de rios tributários para “enriquecer” o leito do Rio Paraopeba com vazões significativas de águas de boa qualidade visando reduzir a concentração de substâncias contaminantes;
- III. Estudo e avaliação dos potenciais meios para identificação das substâncias contaminantes, consequências da sinergia negativa decorrente dos processos físicos, químicos e biológicos, bem como de intervenções adequadas considerados os mesmos processos naturais;
- IV. Impulsionar intervenções com projetos apropriados decorrentes da identificação da situação social, hídrica e ambiental encontrada; monitorar os efeitos e benefícios dos resultados obtidos.

Para a realização dessa consultoria, faz-se necessário a construção com órgãos que possuam relação com o desenvolvimento da temática, dentre os quais apontamos a Agência Nacional de Águas – ANA, a Companhia de Recursos Minerais – CPRM, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba – CBH-Paraopeba, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Instituto Estadual de Florestas – IEF; Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM; Secretaria de Meio Ambiente Municipais; a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Butantan de São Paulo, dentre outros.

Sendo assim, os produtos da consultoria serão materializados em:





- a) Relatório circunstanciado contendo levantamento e análise dos danos de acordo com a importância das águas do Rio Paraopeba e tributários nos modos de vida dos atingidos e atingidas em suas comunidades e bairros.
- b) Relatórios parciais contendo laudos técnicos detalhando os impactos identificados com base na percepção das pessoas e famílias atingidas.
- c) Relatórios com diagnóstico dos danos e demandas dos atingidos sobre usos e relações entre o Rio Paraopeba e suas vidas em todas as dimensões.

8.14.8 Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação

A consultoria tem por objetivo assessorar os atingidos e atingidas a respeito de decisões relacionadas às ações de recuperação e manutenção da cobertura vegetal de nascentes e demais Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal e seu impacto em seus modos de vida.

Buscará proceder um levantamento das áreas degradadas a partir do rompimento, visando a elaboração de propostas de recuperação de áreas anteriormente utilizadas pelas famílias atingidas, sejam as que têm por finalidade a conservação (uso sustentável) e preservação, como as que busquem a recuperação de áreas para a produção agrícola.

Serão objeto de análise as consequências ambientais provocadas pela passagem da lama de rejeitos e sua interferência na vida da população atingida, relacionadas, entre outras, às questões econômicas, sociais, culturais, de acesso ao lazer e à sociabilidade. É sabido que houve alterações significativas ao longo dos diversos hectares de terra atingidos e que não há previsão para que a natureza retome seu curso normal no que diz respeito às diversas cadeias da fauna e flora. As comunidades atingidas perderam espaços de produção, moradia, lazer e socialização comunitária, e tiveram alteradas suas formas de relação com o ambiente. O diagnóstico deve contribuir para as proposições de reparação no que diz respeito ao ambiente e às relações socioambientais. O resultado final levará em conta também as chamadas da UFMG referentes ao tema.

Os relatórios previstos para essa consultoria, serão subdivididos entre inicial, parcial e final a partir:

- a) Relatório inicial com metodologia de execução





- b) Relatórios periódicos de diagnóstico e laudo técnico referente ao levantamento das áreas degradadas.
- c) Relatório final de diagnóstico dos danos.
- d) Produção de material informativo.

Para a realização desse levantamento, faz-se necessário o contato com órgãos que possuem relação com o desenvolvimento do tema, sendo eles a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Instituto Estadual de Florestas- IEF; Fundação Estadual de Meio Ambiente- FEAM; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA.

8.14.9 Levantamento dos danos ao acesso às atividades de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

A atual consultoria tem como objetivo (I) aprofundar na identificação e na análise dos danos causados em decorrência do desastre sociotecnológico da barragem, no acesso e nas atividades da área de cultura, turismo, esporte e lazer em toda área atingida da Região 2; (II) propor medidas e ações visando à reparação integral, buscando potencializar iniciativas já existentes. Assim, as medidas de reparação integral considerarão os Planos Municipais que abordam sobre a cultura, turismo, esporte e lazer, além das demais políticas públicas locais existentes voltadas para as áreas. Sendo assim, os objetivos da consultoria são:

1. Identificação e análise dos danos causados ao acesso e às atividades na área de cultura, turismo, esporte e lazer.
2. Propor medidas de reparação que visem a reparação integral, potencializando iniciativas já existentes.

Durante as reuniões em campo, no processo de levantamento de danos para a construção do plano de trabalho da AEDAS, foram elencados pela população danos vivenciados em decorrência da interrupção de acesso às atividades de pesca, lazer, esportes coletivos, festividades culturais, dentre outros.

Observou-se, ainda, no curso da extensão territorial dos 5 municípios, a existência de atividades de cultura, esporte e lazer, que estão localizadas em comunidades e regiões





muito distintas. Assim, como forma de atender as diferenças regionais e as redes de sociabilidades existentes, a proposta metodológica poderá envolver a realização de Seminários Temáticos, garantindo a discussão do tema com os mais diversos públicos existentes.

O desenvolvimento das atividades da consultoria será a partir das seguintes etapas:

- a) Relatório de planejamento e metodologia de execução.
- b) Identificação dos danos contendo identificação e análise dos danos causados ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer.
- c) Produção de material didático contendo os dados coletados na identificação.
- d) Relatório Final.

8.14.10 Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana.

Conforme levantamento de danos realizado junto às comunidades, o direito à moradia de várias famílias foi violado em diferentes aspectos. Esses perpassam pelos danos estruturais com o aumento do tráfego de caminhões danificando as estruturas das casas, risco de enchentes e etc, ou de outros níveis como a desvalorização dos imóveis e potencial risco de contaminação pela poeira proveniente da lama de rejeitos. Tendo em vista que a moradia é um direito humano universal e faz parte do direito a um padrão de vida adequado, não se resume apenas ao bem material (casa), mas envolve o direito de viver em local seguro e digno.

De outro modo, foram citadas várias naturezas de danos/efeitos negativos ou agravamento de problemas no acesso aos serviços e infraestrutura nos municípios da região após o rompimento da barragem e espalhamento da lama de rejeitos. Segundo relatos, observou-se um aumento do número de pessoas e tráfego veicular e de caminhões na rotina diária do município. Esse fator interferiu na qualidade das estradas afetando a logística de deslocamento, além da poeira gerada pelo tráfego dos veículos podendo ser um agravante na disseminação dos metais pesados.

Tais efeitos não só sobrecarregaram a estrutura viária, oferta de serviços públicos como também afetaram negativamente a rotina dos moradores de diversas maneiras, seja no atraso ou no aumento do tempo de viagem em situação normal, no já precário





transporte coletivo, seja na indisponibilidade dos serviços de saúde, que já não atendiam satisfatoriamente à demanda anterior, seja na deterioração da infraestrutura de uma maneira geral, até mesmo com impactos negativos nas edificações.

Portanto, tal consultoria terá por objetivos: (I) aprofundar o levantamento e análise dos danos às moradias nas comunidades, bem como ao acesso pelos atingidos e atingidas a serviços e infraestrutura urbana, (II) elaborar laudos técnicos detalhando os impactos detectados, e (II) elaborar propostas de medidas e ações visando a reparação integral, considerando a possibilidade de construção de reassentamentos coletivos, reassentamentos familiares, reconstrução e reforma de suas casas, garantidos prévios processos participativos e de organização local nas tomadas de decisão.

O desenvolvimento da consultoria será a partir dos seguintes relatórios:

- a) Relatório dos danos às moradias nas comunidades.
- b) Relatórios dos danos à infraestrutura urbana.
- c) Relatório final.

8.14.11 Levantamento de danos ao patrimônio histórico e cultural.

A consultoria especializada tem o objetivo de estudar os danos ao patrimônio cultural e natural da Região 2 levando em conta as diversas exigências técnicas para essa finalidade e o diálogo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e demais instituições competentes.

Através dos mapas cartográficos os atingidos de Mário Campos, indicaram área onde era localizada a antiga estação ferroviária do município, já demolida e disseram da importância da sua reconstrução como resgate histórico e cultural e como medida de compensação da Vale após desastre sociotecnológico. Em Juatuba também houve a demanda de recuperação da Estação Ferroviária. Nas reuniões da Colônia Santa Izabel, os atingidos comentaram sobre a importância de restauração do Cine Teatro Glória e outros imóveis do Conjunto Arquitetônico da Colônia, tombados pelo patrimônio histórico e cultural de Betim. Além do cine teatro, a Colônia possui um salão de festas, coreto, a igreja, o portal, clube recreativo e ruínas do antigo pavilhão. É necessário o





estudo para saber dos possíveis danos para a reparação de tais patrimônios assim como o levantamento dos impactos no patrimônio imaterial.

Neste contexto, os objetivos desta consultoria serão:

- Identificar danos ao patrimônio histórico, cultural e natural das comunidades atingidas, através de diálogo com atingidos e levantamento de registros e catálogos já existentes nos órgãos públicos de forma que contribua na identificação, triagem e catalogação.
- Propor medidas e ações visando a restituição, reabilitação, recuperação e/ou iniciativas para compensação sobre os danos ao patrimônio histórico, artístico nacional e demais instituições competentes.

Os produtos previstos na consultoria são:

- a) Relatório de planejamento e de metodologia de execução.
- b) Identificação dos danos à memória coletiva, do patrimônio histórico e cultural.
- c) Produção de material didático contendo a história social e coletiva das comunidades atingidas, bem como elementos sobre seu patrimônio histórico e cultural.
- d) Relatório final.

8.14.12 Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas

O rompimento da barragem em Brumadinho, provocou uma série de danos aos municípios localizados no curso do Rio Paraopeba e suas consequências econômicas se apresenta de forma significativa. Em relatos obtidos a partir do trabalho de campo na Região 2, constatou-se a desvalorização dos imóveis após o desastre.

Diante disso, a presente consultoria tem por objetivo: (I) Fazer um levantamento das áreas atingidas, realizando um levantamento da situação fundiária de imóveis atingidos em decorrência do desastre. (II) Realizar uma pesquisa sobre o processo de desvalorização dos imóveis na cidade a partir de pesquisas de mercado antes e depois do rompimento da barragem.





Justifica-se tal consultoria na importância em criar um subsídio para matriz de reconhecimento de danos, bem como para realização dos reassentamentos familiares e/ou coletivos que vierem a ser construídos. Nesse processo, essa consultoria também dará condições às famílias atingidas de terem informações técnicas de sua confiança para seu processo de reparação integral em relação ao direito à moradia, à posse e a propriedade, uso, e da produção que tinham antes do rompimento que mudou a realidade dessas comunidades.

A consultoria atuará para levantar informações nas seguintes etapas:

- a) Relatório de levantamento documental e cartorial dos terrenos, terras ou urbanas atingidas, levando também em consideração as chamadas da UFMG em relação ao tema.
- b) Relatório de desvalorização dos imóveis.
- c) Relatório final, também levando em consideração as chamadas da UFMG em relação ao tema.
- d) Produção de material informativo.

8.14.13 Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural

A consultoria objetiva diagnosticar as possibilidades e potencialidades das áreas rurais para reativação econômica, no intuito de restabelecer uma dinâmica econômica independente e sustentável no meio rural, tanto para as atividades agrícolas, pecuárias e pesqueiras, como para atividades culturais, culinárias, produção de artesanatos, entre outras. Tem o caráter de médio a longo prazo na medida em que visa a consolidação de medidas estruturantes da economia rural. Buscará auxiliar na elaboração de propostas de restabelecimento das atividades outrora desenvolvidas pelas famílias, ajustando sua compatibilidade ao período atual, e/ou propor o desenvolvimento de novas formas de geração de trabalho e renda, tal como a possibilidade de fomentar meios de produção, beneficiamento e agregação de valor da produção com o intuito de elevar a renda proporcionada pela atividade produtiva. Fornecerá atenção especial para agricultores, mulheres, pescadores e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade socioeconômica.





O diagnóstico e o plano para reativação econômica priorizarão os circuitos curtos de comercialização, partindo do aspecto da soberania territorial, possuindo como base novos princípios e relações mais justas entre produtores e consumidores. Versará na definição de diferentes estratégias para tornar os cidadãos mais ativos, como a construção de formas alternativas das relações produtivas e comerciais. O acúmulo de saberes e a geração de renda proporcionada pelos sistemas curtos de comercialização, considerando os benefícios sociais, culturais e ambientais trazidos por essas práticas agrícolas, culinárias e artísticas, constitui fonte de empoderamento dos povos e comunidades rurais além de fomentar o desenvolvimento territorial sustentável, fortalecendo os processos de soberania regional.

A consultoria se justifica pelo potencial apresentado no meio rural da Região 2, destacando os aspectos agrícolas e turístico. Tal potencialidade pode ser ressaltada ao considerarmos a possibilidade de circuitos curtos de comercialização, destacando a região metropolitana de Belo Horizonte, a qual apresenta proximidade geográfica e aludindo ao aspecto sócio/relacional presente na ligação entre consumidor e produtor nos processos de desenvolvimento local e na territorialização da alimentação.

A abordagem metodológica utilizada nesta consultoria envolverá a coleta, análise e produção de dados visando a construção de proposições para a reativação econômica da zona rural da Região 2 devendo serem observadas as seguintes etapas com seus respectivos relatórios:

- a) Relatório técnico de planejamento e metodologia de execução.
- b) Relatório inicial de diagnóstico da cadeia produtiva da zona rural e de identificação das formas de geração de trabalho e renda.
- c) Relatório parcial de diagnóstico da cadeia produtiva da zona rural da Região 2 e de identificação das formas de geração de trabalho e renda.
- d) Relatório de danos às atividades econômicas desenvolvidas pela população atingida e suas cadeias produtivas, considerando o potencial de desenvolvimento interrompido.
- e) Produção de material informativo.





8.14.14 Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana

A consultoria objetiva a (I) análise das cadeias produtivas locais e proposições no sentido de restabelecer ou fomentar uma dinâmica econômica independente e sustentável; (II) propostas de restabelecimento das atividades outrora desenvolvidas pelas famílias, desde que esta seja a vontade das mesmas, ou até mesmo propor novas formas e sistemas de geração de trabalho e renda. O processo tem o caráter de médio a longo prazo na medida em que visa a consolidação de medidas estruturantes da economia urbana. Os resultados obtidos também serão informados por subsídios em diagnósticos realizados anteriormente e nas etapas de encaminhamento das questões emergenciais.

Nos relatos dos atingidos colhidos nas reuniões de apresentação e início de elaboração do plano de trabalho da assessoria técnica, surgiu o entendimento da necessidade de diversificação de oportunidades econômicas que hoje são essencialmente ligadas à mineração, ao setor público e ao comércio. Também foi levantada a questão do elevado número de desempregados, subempregados e a baixa qualificação profissional em determinadas comunidades. A exemplo do ocorrido no município de Mariana, há uma expectativa de queda nas receitas fiscais municipais que vem acompanhada de um acréscimo das despesas. Exemplo disso, é o aumento do dispêndio em saúde pública e infraestrutura urbana ocasionado tanto pelo agravamento das condições preexistentes quanto pelo surgimento de novas demandas ocasionadas, por exemplo, pelo fluxo populacional verificado e relatado pelas comunidades.

A abordagem metodológica utilizada nessa consultoria envolverá a coleta, análise e produção de dados visando à construção de um planejamento que possibilite a reativação econômica das zonas urbanas dos municípios da Região 2 devendo serem observadas as seguintes etapas com seus respectivos relatórios:

- a) Relatório técnico de planejamento e metodologia de execução.
- b) Relatórios inicial de diagnóstico da cadeia produtiva da zona urbana e de identificação das formas de geração de trabalho e renda.
- c) Relatório parcial de diagnóstico da cadeia produtiva da zona urbana e de identificação das formas de geração de trabalho e renda.





d) Relatório de danos às atividades econômicas desenvolvidas pela população atingida e às suas cadeias produtivas, considerando o potencial de desenvolvimento interrompido.

e) Produção de material informativo.





9. COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO

O acompanhamento metodológico/finalístico das atividades previstas neste plano de trabalho será de realizado pelas Instituições de Justiça, por meio do auxílio de entidade sem fins lucrativos a ser designada especificamente para este fim (Entidade Coordenadora). A designação da Entidade Coordenadora ocorrerá após homologação judicial de Termo de Compromisso específico entre as Assessorias Técnicas Independentes e as Instituições de Justiça.

A AEDAS participará de reuniões periódicas entre as demais Assessorias Técnicas, a Entidade Coordenadora e as Instituições de Justiça, tendo em vista a necessidade de alinhamento e coerência metodológicos na promoção da eficiência e na produção de dados e resultados entre todas as entidades de ATI atuantes na Bacia do Rio Paraopeba.

Os custos relativos à execução das atividades de acompanhamento metodológico serão previstos no orçamento de cada um dos Planos de Trabalho das 05 (cinco) regiões, em parcelas semestrais, e especificados em rubrica percentual incidente sobre o valor total de cada Plano de Trabalho, denominada “**Acompanhamento Metodológico/Finalístico**”. Caberá a AEDAS transferir integralmente os valores recebidos nesta rubrica para conta bancária específica da Entidade Coordenadora, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados: (I) da designação da Entidade Coordenadora pelas Instituições de Justiça, após o recebimento da parcela inicial; (II) do recebimento das parcelas semestrais subsequentes.

10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DE ENTREGAS

O cronograma abaixo contém as estimativas dos períodos (meses) de execução dos trabalhos iniciais para implementação da assessoria, das atividades e das consultorias especializadas, bem como apresenta a relação de relatórios técnicos que serão elaborados e entregues a cada semestre, relacionando-o ao valor específico de desembolso por semestre.

O cronograma poderá sofrer alterações ao longo da execução deste Plano, observando-se prioridades e demandas elencadas pelos atingidos e atingidas, exigindo uma reconfiguração das datas e prazos abaixo estabelecidos. Além disso, em relação às





consultorias é importante destacar que podem ser mais de uma contratação para o mesmo tema para contemplar os objetivos previstos tanto simultaneamente quanto ao longo do desenvolvimento do projeto, nesse sentido o marcador “TR” no cronograma que se refere à Termo de Referência não significa que é o único termo, mas sim que é o marcador de início da execução da consultoria





CRONOGRAMA DE ENTREGAS PLANO DE TRABALHO - REGIÃO 2			
ANO 1			
ATIVIDADES / ENTREGAS	MÊS 01	MÊS 06	MÊS 12
Relatórios Semestrais da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente*		Relatório semestral da equipe técnica multidisciplinar permanente	Relatório semestral da equipe técnica multidisciplinar permanente
Assistência Técnica Pericial ⁴⁸	Acompanhamento das chamadas da UFMG	Formulação de quesitos em diálogo com a perícia da UFMG	Formulação de quesitos em diálogo com a perícia da UFMG
Matrizes		Matriz Emergencial	Matriz de diagnóstico temas 1, 2.
Registro Familiar		Registro de acompanhamento familiar	Registro de acompanhamento familiar
DRP		Relatório DRP	
Levantamento de demandas em saúde		Termo de referência da consultoria	Relatório parcial a partir da sistematização de dados e agrupamento dos três setores (políticas públicas de saúde, saúde mental e assistência social).

⁴⁸ As entregas concernentes à quesitação da perícia técnica a ser elaborada pela UFMG dependem, necessariamente, do andamento da perícia judicial e se tem cronograma correlacionado ao plano de trabalho do perito judicial.





		Relatório de planejamento e metodologia acerca dos danos emergenciais em saúde e do estado de saúde antes e após o desastre sociotecnológico, com levantamento prévio de dados (primários e secundários).	Relatório parcial a partir do levantamento das redes de saúde, com levantamento prévio de dados (primários e secundários).
		Relatório de planejamento e metodologia das redes de saúde, com levantamento prévio de dados (primários e secundários).	
Monitoramento Ambiental		Termo de referência da consultoria	Relatório periódico de acompanhamento dos dados acumulados em estudos elaborados pelas instituições ambientais e/ou de pesquisa acerca das condições ambientais do vale do Rio Paraopeba após o rompimento da barragem, com destaque para a região 2 e arredores.
		Relatório de planejamento e metodologia de execução, com levantamento prévio de dados secundários.	
Levantamento Danos Animais		Termo de referência da consultoria	Relatório de identificação dos danos às espécies comerciais e cadeias produtivas atingidas
		Relatório de sistematização dos dados primários e secundários dos danos às espécies domésticas atingidas	





Levantamento Danos Agricultura		Termo de referência da consultoria	Relatório de detalhamento dos danos relacionados à agricultura no sentido da produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização
		Levantamento inicial dos dados secundários relacionados às ações já desenvolvidas no território: plano de agricultura da Vale, EMATER e Secretarias Municipais de Agricultura	
Danos Povos e Religiões de Matriz Africana		Protocolo de Consulta Prévia	Relatório inicial com metodologia de execução
		Termo de referência da consultoria	Relatório de levantamento da situação documental e informações sobre comunidades e casas religiosas
Danos à Pesca		Termo de referência da consultoria	Relatório de identificação, levantamento e caracterização dos danos às atividades de pesca, em suas diversas modalidades
		Relatório de identificação de pescadores e pescadoras, regulamentados ou não, que desenvolviam suas atividades no Rio Paraopeba, em todos os municípios da região 2	
Recuperação Rio Paraopeba		Termo de referência da consultoria	Relatório circunstanciado contendo levantamento e análise dos danos de acordo com a importância das águas do Rio Paraopeba





			e tributários nos modos de vida dos atingidos e atingidas em suas comunidades e bairros
			Relatório parcial contendo laudos técnicos detalhando os impactos identificados com base na percepção das pessoas e famílias atingidas
Levantamento Áreas Degradadas		Termo de referência da consultoria	Relatório com planejamento e metodologia de execução
Cultura, Turismo, Esporte e Lazer		Termo de referência da consultoria	Relatório com planejamento e metodologia de execução
Moradia e Infraestrutura		Termo de referência da consultoria	Relatório contendo os impactos às moradias nas comunidades
Levantamento Danos ao Patrimônio		Termo de Referência da consultoria	Relatório de planejamento e metodologia de execução





			Relatório inicial contendo impactos ao Patrimônio
Situação Fundiária		Termo de Referência da consultoria	Relatório de planejamento e metodologia de execução
			Relatório de levantamento documental e cartorial dos terrenos, terras ou áreas urbanas atingidas, levando também em consideração as chamadas da UFMG em relação ao tema
PRD Rural			Termo de referência da consultoria
			Relatório técnico de planejamento e metodologia de execução
PRD Urbano			Termo de referência da consultoria
			Relatório técnico de planejamento e metodologia de execução
VALOR DESEMBOLSO SEMESTRE	10.632.478,34	16.585.682,43	16.233.499,14

CRONOGRAMA DE ENTREGAS PLANO DE TRABALHO - REGIÃO 2		
ANO 2		
ATIVIDADES / ENTREGAS	MÊS 18	MÊS 23





Relatórios Semestral da Equipe Técnica Multidisciplinar Permanente	Relatório semestral da equipe técnica multidisciplinar permanente	Relatório semestral da equipe técnica multidisciplinar permanente
Assistência técnica pericial	Formulação de quesitos em diálogo com a perícia da UFMG	Formulação de quesitos em diálogo com a perícia da UFMG
Matrizes	Matriz de reparação tema 1, matriz de Diagnóstico (Reconhecimento) tema 3 e 4	Matriz de reparação tema 2, matriz de diagnóstico tema 5 e 6
Registro Familiar	Registro de acompanhamento familiar	Registro de acompanhamento familiar
Levantamento de demandas em saúde	Relatório final	
Monitoramento Ambiental	Relatório de coleta de amostras, identificação e preservação do material, transporte, armazenamento, em tempo de estagem e de chuva, quando necessário.	Relatório final
	Relatório de análises laboratoriais a serem realizadas pela consultoria quando necessário	
Levantamento Danos Animais	Relatório de identificação, encaminhamento e acompanhamento de animais mortos no contexto do crime em conformidade com as chamadas da UFMG	Relatório final





	Produção de material informativo	
Levantamento Danos Agricultura	Relatório de caracterização do público de agricultores atingidos pelo desastre	Relatório final
	Relatório de identificação dos arranjos produtivos	
Danos Povos e Religiões de Matriz Africana	Relatório de diagnóstico dos danos aos povos e religiões de matriz africana	Relatório final
Danos à Pesca	Relatório de inicial de levantamento de demandas e propostas para fins de reparação	Relatório final
	Relatório de levantamento de demandas e propostas para fins de reparação	
Recuperação Rio Paraopeba	Relatórios inicial com danos e demandas dos atingidos sobre usos e relações entre o Rio Paraopeba e suas vidas em todas as dimensões	Relatórios com danos e demandas dos atingidos sobre usos e relações entre o Rio Paraopeba e suas vidas em todas as dimensões
Levantamento Áreas Degradadas	Relatório periódico de diagnóstico e laudo técnico referente ao levantamento das áreas degradadas	Relatório periódico de diagnóstico e laudo técnico referente ao levantamento das áreas degradadas
		Relatório final
Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	Relatório contendo identificação e análise dos danos causados ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	Relatório final





	Produção de material didático contendo os dados coletados na identificação	
Moradia e Infraestrutura	Relatório sobre os danos à infraestrutura urbana	Relatório final
Levantamento Danos ao Patrimônio	Relatório de identificação dos danos à memória coletiva, do patrimônio histórico e cultural	Produção de material didático contendo a história social e coletiva das comunidades atingidas, bem como elementos sobre seu patrimônio histórico e cultural.
		Relatório final
Situação Fundiária	Relatório de desvalorização dos imóveis	Relatório final, também levando em consideração as chamadas da UFMG em relação ao tema
PRD Rural	Relatório inicial de diagnóstico da cadeia produtiva da zona rural da região 2 e identificação das formas de geração de trabalho e renda	Relatório de danos às atividades econômicas desenvolvidas pela população atingida e suas cadeias produtivas, considerando o potencial de desenvolvimento interrompido
	Relatório parcial de diagnóstico da cadeia produtiva da zona rural da região 2 e de identificação das formas de geração de trabalho e renda	





PRD Urbano	Relatório inicial de diagnóstico da cadeia produtiva da zona urbana da região 2 e identificação das foras de geração de trabalho e renda	Relatório de danos às atividades econômicas desenvolvidas pela população atingida e suas cadeias produtivas, considerando o potencial de desenvolvimento interrompido
	Relatório parcial de diagnóstico da cadeia produtiva da zona urbana da região 2 e identificação das foras de geração de trabalho e renda	
VALOR DESEMBOLSO SEMESTRE	11.997.810,08	

*Os relatórios semestrais, como indicado no ponto 8.8 do Plano de trabalho, conterão os relatórios de todas as atividades em curso desenvolvidas pela equipe multidisciplinar permanente bom como referência a todos os relatórios das consultorias entregues no determinado semestre.





11. ORÇAMENTO

Os valores previstos sobre cada item deste orçamento serão fixos durante o período de 12 (doze) meses, a contar da data de execução inicial da assessoria técnica. Após este período, os valores serão reajustados anualmente por meio de comunicação formal da entidade às Instituições de Justiça e a entidade responsável pela coordenação finalística/metodológica, observando-se para o reajuste o Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA) do IBGE, assim como a necessidade de atendimento à legislação trabalhista, inclusive acordos, dissídios e convenções coletivas de trabalho.





QUADRO SÍNTESE ORÇAMENTO GLOBAL

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	Δ%
1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO				6.507.080,00	11,71%
1.1 - Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	Und.	58	4.160,00	241.280,00	0,43%
1.2 - Seminários Regionais	Und.	352	1.600,00	563.200,00	1,01%
1.3 - Seminários Temáticos - A	Und.	232	17.300,00	4.013.600,00	7,23%
1.4 - Seminários Temáticos - B	Und.	58	17.450,00	1.012.100,00	1,82%
1.5 - Assembleias - A	Und.	32	14.100,00	451.200,00	0,81%
1.6 - Assembleias - B	Und.	8	16.400,00	131.200,00	0,24%
1.7 - Assembleias - C	Und.	3	31.500,00	94.500,00	0,17%
2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE				15.529.712,80	27,96%
2.1 - Formação / Atividades / Produtos:	-	-	-	2.761.712,80	4,97%
2.1.1 - Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	Mês	5	57.600,00	288.000,00	0,52%
2.1.2 - Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias	Mês	34	40.979,20	1.393.292,80	2,51%
2.1.3 - Formação em Direitos	Mês	25	5.540,80	138.520,00	0,25%
2.1.4 - Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero das propostas de medidas reparatórias	Mês	25	34.316,00	857.900,00	1,54%
2.1.5 - Mobilizador temporário	Horas	2800	30,00	84.000,00	0,15%
2.2 - Consultorias Especializadas	Und.	12	1.064.000,00	12.768.000,00	22,99%
3. RECURSOS HUMANOS - EQUIPES DO PROJETO				19.878.449,94	35,79%
3.1 - Salários/Encargos e Benefícios	Mês	48	414.134,37	19.878.449,94	35,79%
4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA				8.484.918,00	15,28%
4.1 - Custo Operacional	Mês	48	78.807,83	3.782.775,73	6,81%
4.2 - Despesas com bens, móveis e equipamentos	Und.	1	1.025.450,00	1.025.450,00	1,85%
4.3 - Custeio Operacional Institucional	Mês	48	69.860,26	3.353.292,27	6,04%
4.4 - Despesas com bens, móveis e equipamentos Institucional	Und.	1	323.400,00	323.400,00	0,58%
5. COMUNICAÇÃO				1.860.560,00	3,35%
5.1 - Produção de material: gráfico, audiovisual:	-	-	-	1.860.560,00	3,35%
5.1.1 - Folder/banner	Und.	39.900	7,20	287.280,00	0,52%
5.1.2 - Tabloide (Jornal)	Und.	240.000	3,50	840.000,00	1,51%
5.1.3 - Cartilhas - Formação	Und.	53.200	6,70	356.440,00	0,64%
5.1.4 - Informativos/panfletos	Und.	106.400	0,60	63.840,00	0,11%
5.1.5 - Veiculação de mídia de rádio	Und.	240	150,00	36.000,00	0,06%
5.1.6 - Programa Semanal de rádio (10 minuto)	Und.	60	1.000,00	60.000,00	0,11%
5.1.7 - Spot de rádio de alcance estadual	Und.	24	1.500,00	36.000,00	0,06%
5.1.8 - Veiculação de mídia em jornal impresso (alcance local)	Und.	24	900,00	21.600,00	0,04%
5.1.9 - Impresão de cartazes auto-colantes	Und.	600	35,00	21.000,00	0,04%
5.1.10 Impulsionamento de publicação em redes sociais	Und.	96	100,00	9.600,00	0,02%
5.1.11 Carro de som	Und.	360	80,00	28.800,00	0,05%
5.1.12 - Produção áudio visual	Und.	4	25.000,00	100.000,00	0,18%
6. COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO				3.135.643,24	5,65%
6.1 Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico	%	6	3.135.643,24	3.135.643,24	5,65%
7. FUNDO ADMINISTRATIVO				150.000,00	0,27%
Reserva Técnica	Unid.	1	150.000,00	150.000,00	0,27%
CUSTO TOTAL PREVISTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO				55.546.363,98	100,00%
CUSTO PARCIAL PREVISTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO - 23 MESES				55.546.363,98	
(Custo por atingido)	4.628,86				
NÚMERO ATINGIDOS (estimado)	12.000				
MUNICÍPIOS/ÁREAS	Betim/343,9 km²; Igarapé/109,9 km²; Juatuba/99,543 km²; Mário Campos/35,196 km e São Joaquim de Bicas/72,455 km².				
HABITANTES	547.501				
EXTENSÃO TERRITÓRIO (km²)	660,994				
CARACTERÍSTICA TERRITÓRIO	Economia da maioria dos municípios é agropecuária e extrativismo, sendo a economia do município de Betim composta significativamente pelos segundo e terceiro setor. Percentual de população em situação de pobreza elevado. A economia das famílias baseada na agropecuária e extrativismo foi bastante afetada.				
Nº SEDES	2				
EQUIPE GESTÃO	5				
EQUIPE DE CAMPO	99				
EQUIPE TOTAL	104				
PRODUTOS - CONSULTORIA (Nº)	14				
1 Técnico(geral) /Atingido	1/115				
1 Técnico de campo/atingido	1/121				

1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO
Seminários Regionais, Temáticos e Assembleias

Características					
Execução	Nº Participantes	Carga Horária	Custo Unitário	Quantidade	Custo Total
Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	40	8	4.160,00	58	241.280,00
Seminários Regionais	75	4	1.600,00	352	563.200,00
Seminários Temáticos A	200	8	17.300,00	232	4.013.600,00
Seminários Temáticos B	250	8	17.450,00	58	1.012.100,00
Assembleias - A	200	8	14.100,00	32	451.200,00
Assembleias - B	300	8	16.400,00	8	131.200,00
Assembleias - C	500	8	31.500,00	3	94.500,00
TOTAL					6.507.080,00

1.1 - Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base			
Composição do Custo Unitário			
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo
Alimentação (almoço e lanche)	35,00	40	1.400,00
Deslocamento	400,00	4	1.600,00
Aluguel de infraestrutura	1.000,00	1	1.000,00
Material Didático/Consumo	4,00	40	160,00
Custo Unitário Total			4.160,00

1.2 - Seminários Regionais			
Composição do Custo Unitário			
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo
Alimentação (lanche)	8,00	75	600,00
Deslocamento	400,00	1	400,00
Aluguel de infraestrutura	300,00	1	300,00
Material Didático/Consumo	4,00	75	300,00
Custo Unitário Total			1.600,00

1.3 - Seminários Temáticos - A			
Composição do Custo Unitário			
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo
Alimentação (almoço e lanche)	35,00	200	7.000,00
Deslocamento	800,00	4	3.200,00
Aluguel de infraestrutura	1.500,00	1	1.500,00
Material Didático/Consumo	8,00	200	1.600,00
Instrutor/Facilitador + Encargos	4.000,00	1	4.000,00
Custo Unitário Total			17.300,00

1.4 - Seminários Temáticos - B			
Composição do Custo Unitário			
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo
Alimentação (almoço e lanche)	35,00	250	8.750,00
Deslocamento	600,00	2	1.200,00
Aluguel de infraestrutura	1.500,00	1	1.500,00
Material Didático/Consumo	8,00	250	2.000,00
Instrutor/Facilitador + Encargos	4.000,00	1	4.000,00
Custo Unitário Total			17.450,00

1.5 - Assembleias - A			
Composição do Custo Unitário			
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo
Alimentação (almoço e lanche)	35,00	200	7.000,00
Deslocamento	1.000,00	4	4.000,00
Aluguel de infraestrutura	1.500,00	1	1.500,00
Material Didático/Consumo	8,00	200	1.600,00
Custo Unitário Total			14.100,00

1.6 - Assembleias - B			
Composição do Custo Unitário			
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo
Alimentação (almoço e lanche)	35,00	300	10.500,00
Deslocamento	500,00	4	2.000,00
Aluguel de infraestrutura	1.500,00	1	1.500,00
Material Didático/Consumo	8,00	300	2.400,00
Custo Unitário Total			16.400,00

1.7 - Assembleias - C			
Composição do Custo Unitário			
Especificação	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Custo
Alimentação (almoço e lanche)	35,00	500	17.500,00
Deslocamento	1.000,00	8	8.000,00
Aluguel de infraestrutura	2.000,00	1	2.000,00
Material Didático/Consumo	8,00	500	4.000,00
Custo Unitário Total			31.500,00



**2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE
RH TEMPORÁRIO INCORPORADO A EQUIPE PERMANENTE**

2.1 - Formação / Atividades / Produtos

2.1.1 - Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas

Especificação	Quanti	Total de Horas	Valor H/H	Custo	Encargos Sociais	TOTAL
					20,00%	
Assessor Técnico - Nível Superior Pleno	6	800,00	50,00	240.000,00	48.000,00	288.000,00
TOTAL					48.000,00	288.000,00

2.1.2 - Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias

Especificação	Quant.	Vigência - 01/05/2020 a 31/12/2020				8 meses
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL I
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		8
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	6.000,00	3.994,80	250,00	40.979,20	327.833,60
TOTAL - A					40.979,20	327.833,60

Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2021 a 31/12/2021				12 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL II
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		12
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	6.000,00	3.994,80	250,00	40.979,20	491.750,40
TOTAL - B					40.979,20	491.750,40

Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2022 a 31/12/2022				12 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL III
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		12
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	6.000,00	3.994,80	250,00	40.979,20	491.750,40
TOTAL - C					40.979,20	491.750,40

Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2023 a 31/01/2023				2 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL IV
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		2
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	6.000,00	3.994,80	250,00	40.979,20	81.958,40
TOTAL - D					40.979,20	81.958,40
TOTAL (A+B+C+D)						1.393.292,80



**2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE
RH TEMPORÁRIO INCORPORADO A EQUIPE PERMANENTE**

2.1 - Formação / Atividades / Produtos

2.1.1 - Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas

Especificação	Quanti	Total de Horas	Valor H/H	Custo	Encargos Sociais	TOTAL
					20,00%	
Assessor Técnico - Nível Superior Pleno	6	800,00	50,00	240.000,00	48.000,00	288.000,00
TOTAL					48.000,00	288.000,00

2.1.2 - Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias

Especificação	Quant.	Vigência - 01/05/2020 a 31/12/2020				8 meses
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL I
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		8
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	6.000,00	3.994,80	250,00	40.979,20	327.833,60
TOTAL - A					40.979,20	327.833,60

Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2021 a 31/12/2021				12 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL II
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		12
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	6.000,00	3.994,80	250,00	40.979,20	491.750,40
TOTAL - B					40.979,20	491.750,40

Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2022 a 31/12/2022				12 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL III
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		12
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	6.000,00	3.994,80	250,00	40.979,20	491.750,40
TOTAL - C					40.979,20	491.750,40

Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2023 a 31/01/2023				2 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL IV
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		2
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	6.000,00	3.994,80	250,00	40.979,20	81.958,40
TOTAL - D					40.979,20	81.958,40
TOTAL (A+B+C+D)						1.393.292,80



2.1.3 - Formação em Direitos						
Especificação	Quanti	Total de Horas	Valor H/H	Custo	Encargos Sociais	TOTAL
					20,00%	
Assessor Técnico - Formação em Direitos Humanos	2	208,00	100,00	41.600,00	8.320,00	49.920,00
TOTAL - E					8.320,00	49.920,00

Seminários Formativos (13 etapas, 50 atingidos, 2 turmas)					
Especificação	Custo Unitário	Quantidade	Custo Total		
Alimentação (almoço e lanche)	25,00	1300	32.500,00		
Deslocamento	600,00	26	15.600,00		
Aluguel de infraestrutura	1.500,00	26	39.000,00		
Material Didático/Consumo	15,00	100	1.500,00		
TOTAL - F			88.600,00		
TOTAL (E+F)					138.520,00

2.1.4 - Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero das propostas de medidas reparatórias						
Especificação	Quant.	Vigência - 01/02/2021 a 31/12/2021				11 meses
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL I
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		11
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	5.000,00	3.329,00	250,00	34.316,00	377.476,00
TOTAL - A					34.316,00	377.476,00

Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2022 a 31/12/2022				12 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL II
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		12
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	5.000,00	3.329,00	250,00	34.316,00	411.792,00
TOTAL - B					34.316,00	411.792,00

Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2023 a 31/12/2023				2 MESES
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	TOTAL III
			66,58%	Seg.Vida, VT, Planos Saúde e Odonto		2
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	4	5.000,00	3.329,00	250,00	34.316,00	68.632,00
TOTAL - C					34.316,00	68.632,00
TOTAL (A+B+C)						857.900,00

2.1.5 - Mobilizador temporário						
Especificação	Quanti	Total de Horas	Valor H/H	Custo	Encargos Sociais	TOTAL
					20,00%	
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	14	200,00	25,00	70.000,00	14.000,00	84.000,00
TOTAL					14.000,00	84.000,00



2.2 - Consultorias Especializadas

Especificação	Custo Médio Unitário ¹	Quantidade	Custo Total
Consultorias Especializadas - I	532.000,00	6	3.192.000,00
Consultorias Especializadas - II	1.064.000,00	4	4.256.000,00
Consultorias Especializadas - III	1.330.000,00	4	5.320.000,00
Custo Total		14	12.768.000,00

1 - NOTA EXPLICATIVA: Para o custo médio unitário foi acrescido o percentual de 30% em relação a estimativa prevista pela AEDAS para consultorias especializadas semelhantes no Plano de Trabalho da Região 1, buscando sua proporcionalidade as características da Região 2, em especial, o fato de ser composta por 5 municípios e possuir um público alvo 30% de atingidos estimados a mais que a Região 1.



2.2 - Consultorias Especializadas - Tipologia		Categoria Consultoria Especializada	Duração
Nº	Descrição		
1	Levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas.	III	14
2	Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	III	21
3	Levantamento de danos aos animais	II	18
4	Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	II	21
5	Levantamento documental e dos danos dos povos, comunidades tradicionais e de religiões de matriz africana	I	17
6	Levantamento de danos a pesca artesanal, profissional e recreativa	III	21
7	Estudo para recuperação do Rio Paraopéba e tributários (afluentes)	II	19
8	Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	I	16
9	Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	I	15
10	Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	III	18
11	Levantamento de danos ao patrimônio histórico e cultural	I	16
12	Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	II	14
13	Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	I	16
14	Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	I	16



3. RECURSOS HUMANOS - EQUIPES DO PROJETO

3.1 - Salários/Encargos e Benefícios

Especificação	Quant.	Vigência - 01/04/2020 a 30/04/2020					Meses	Custo Total
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal			
			66,58%	Seg.Vida, Vale Transporte, Planos Saúde e Odonto				
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	1	10.495,08	
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	2	3.335,00	2.220,60	500,00	12.111,20	1	12.111,20	
Comunicador social	1	1.200,00	799,02	500,00	2.499,02	1	2.499,02	
Pedagogo	0	5.000,00	3.329,24	500,00	-	1	-	
Profissional da Tecnologia da Informação	0	6.000,00	3.995,08	500,00	-	1	-	
Assistente Administrativo	0	3.000,00	1.997,54	500,00	-	1	-	
Analista Administrativo	0	4.000,00	2.663,39	500,00	-	1	-	
Auxiliar Administrativo/Contábil	0	3.000,00	1.997,54	500,00	-	1	-	
Auxiliar de serviços gerais	0	2.000,00	1.331,69	500,00	-	1	-	
Recepcionista	0	2.000,00	1.331,69	500,00	-	1	-	
Profissional da limpeza	0	1.500,00	998,77	500,00	-	1	-	
Gestor de contratos	1	1.200,00	799,02	500,00	2.499,02	1	2.499,02	
Gerente Financeiro do projeto	0	8.000,00	5.326,78	500,00	-	1	-	
Coordenador de Grupo de Mobilização	4	2.500,00	1.664,62	500,00	18.658,47	1	18.658,47	
Coordenador Áreas temáticas	2	3.500,00	2.330,47	500,00	12.660,93	1	12.660,93	
Gestor da Informação	0	7.000,00	4.660,93	500,00	-	1	-	
Coordenador Mobilização/Técnico	0	8.000,00	5.326,78	500,00	-	1	-	
Coordenador Geral de Projeto	1	4.000,00	2.663,39	500,00	7.163,39	1	7.163,39	
TOTAL - A					66.087,11		66.087,11	

Especificação	Quant.	Vigência - 01/05/2020 a 31/05/2020					Meses	Custo Total
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal			
			66,58%	Seg.Vida, Vale Transporte, Planos Saúde e Odonto				
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	1	10.495,08	
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	2	4.000,00	2.663,39	500,00	14.326,78	1	14.326,78	
Comunicador social	2	6.000,00	3.995,08	500,00	20.990,17	1	20.990,17	
Pedagogo	0	5.000,00	3.329,24	500,00	-	1	-	
Profissional da Tecnologia da Informação	0	6.000,00	3.995,08	500,00	-	1	-	
Assistente Administrativo	0	3.000,00	1.997,54	500,00	-	1	-	
Analista Administrativo	0	4.000,00	2.663,39	500,00	-	1	-	
Auxiliar Administrativo/Contábil	0	3.000,00	1.997,54	500,00	-	1	-	
Auxiliar de serviços gerais	0	2.000,00	1.331,69	500,00	-	1	-	
Recepcionista	0	2.000,00	1.331,69	500,00	-	1	-	
Profissional da limpeza	0	1.500,00	998,77	500,00	-	1	-	
Gestor de contratos	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	1	10.495,08	
Gerente Financeiro do projeto	0	8.000,00	5.326,78	500,00	-	1	-	
Coordenador de Grupo de Mobilização	4	7.000,00	4.660,93	500,00	48.643,72	1	48.643,72	
Coordenador Áreas temáticas	3	7.000,00	4.660,93	500,00	36.482,79	1	36.482,79	
Gestor da Informação	0	7.000,00	4.660,93	500,00	-	1	-	
Coordenador Mobilização/Técnico	1	8.000,00	5.326,78	500,00	13.826,78	1	13.826,78	
Coordenador Geral de Projeto	1	10.000,00	6.658,47	500,00	17.158,47	1	17.158,47	
TOTAL - B					172.418,88		172.418,88	



Especificação	Quant.	Vigência - 01/06/2020 a 31/12/2020					
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	Meses	Custo Total
			66,58%	Seg.Vida, Vale Transporte, Planos Saúde e Odonto			
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	30	6.000,00	3.995,08	500,00	314.852,50	6,6	2.078.026,50
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	40	4.000,00	2.663,39	500,00	286.535,56	6,6	1.891.134,67
Comunicador social	4	6.000,00	3.995,08	500,00	41.980,33	6,8	285.466,27
Pedagogo	3	5.000,00	3.329,24	500,00	26.487,71	6,5	172.170,10
Profissional da Tecnologia da Informação	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	6,6	69.267,55
Assistente Administrativo	2	3.000,00	1.997,54	500,00	10.995,08	6,5	71.468,04
Analista Administrativo	1	4.000,00	2.663,39	500,00	7.163,39	6,5	46.562,03
Auxiliar Administrativo/Contábil	1	3.000,00	1.997,54	500,00	5.497,54	6,5	35.734,02
Auxiliar de serviços gerais	2	2.000,00	1.331,69	500,00	7.663,39	6,5	49.812,03
Recepcionista	3	2.000,00	1.331,69	500,00	11.495,08	6,5	74.718,04
Profissional da limpeza	2	1.500,00	998,77	500,00	5.997,54	6	35.985,25
Gestor de contratos	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	7	73.465,58
Gerente Financeiro do projeto	1	8.000,00	5.326,78	500,00	13.826,78	7	96.787,44
Coordenador de Grupo de Mobilização	4	7.000,00	4.660,93	500,00	48.643,72	7	340.506,06
Coordenador Áreas temáticas	6	7.000,00	4.660,93	500,00	72.965,58	7	510.759,08
Gestor da Informação	1	7.000,00	4.660,93	500,00	12.160,93	7	85.126,51
Coordenador Mobilização/Técnico	2	8.000,00	5.326,78	500,00	27.653,56	7	193.574,89
Coordenador Geral de Projeto	2	10.000,00	6.658,47	500,00	34.316,94	7	240.218,61
TOTAL - C					949.225,81		6.350.782,68

Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2021 a 31/12/2021					
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	Meses	Custo Total
			66,58%	Seg.Vida, Vale Transporte, Planos Saúde e Odonto			
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	30	6.000,00	3.995,08	500,00	314.852,50	12	3.778.230,00
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	40	4.000,00	2.663,39	500,00	286.535,56	12	3.438.426,67
Comunicador social	4	6.000,00	3.995,08	500,00	41.980,33	12	503.764,00
Pedagogo	3	5.000,00	3.329,24	500,00	26.487,71	12	317.852,50
Profissional da Tecnologia da Informação	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	12	125.941,00
Assistente Administrativo	2	3.000,00	1.997,54	500,00	10.995,08	12	131.941,00
Analista Administrativo	1	4.000,00	2.663,39	500,00	7.163,39	12	85.960,67
Auxiliar Administrativo/Contábil	1	3.000,00	1.997,54	500,00	5.497,54	12	65.970,50
Auxiliar de serviços gerais	2	2.000,00	1.331,69	500,00	7.663,39	12	91.960,67
Recepcionista	3	2.000,00	1.331,69	500,00	11.495,08	12	137.941,00
Profissional da limpeza	2	1.500,00	998,77	500,00	5.997,54	12	71.970,50
Gestor de contratos	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	12	125.941,00
Gerente Financeiro do projeto	1	8.000,00	5.326,78	500,00	13.826,78	12	165.921,33
Coordenador de Grupo de Mobilização	4	7.000,00	4.660,93	500,00	48.643,72	12	583.724,67
Coordenador Áreas temáticas	6	7.000,00	4.660,93	500,00	72.965,58	12	875.587,00
Gestor da Informação	1	7.000,00	4.660,93	500,00	12.160,93	12	145.931,17
Coordenador Mobilização/Técnico	2	8.000,00	5.326,78	500,00	27.653,56	12	331.842,67
Coordenador Geral de Projeto	2	10.000,00	6.658,47	500,00	34.316,94	12	411.803,33
TOTAL - D					949.225,81		11.390.709,67





Especificação	Quant.	Vigência - 01/01/2022 a 01/02/2022					
		Salário Base	Encargos Sociais e Benefícios		Custo Mensal	Meses	Custo Total
			66,58%	Seg.Vida, Vale Transporte, Planos Saúde e Odonto			
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	30	6.000,00	3.995,08	500,00	314.852,50	2	629.705,00
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	40	4.000,00	2.663,39	500,00	286.535,56	2	573.071,11
Comunicador social	4	6.000,00	3.995,08	500,00	41.980,33	2	83.960,67
Pedagogo	3	5.000,00	3.329,24	500,00	26.487,71	2	52.975,42
Profissional da Tecnologia da Informação	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	2	20.990,17
Assistente Administrativo	2	3.000,00	1.997,54	500,00	10.995,08	2	21.990,17
Analista Administrativo	1	4.000,00	2.663,39	500,00	7.163,39	2	14.326,78
Auxiliar Administrativo/Contábil	1	3.000,00	1.997,54	500,00	5.497,54	2	10.995,08
Auxiliar de serviços gerais	2	2.000,00	1.331,69	500,00	7.663,39	2	15.326,78
Recepcionista	3	2.000,00	1.331,69	500,00	11.495,08	2	22.990,17
Profissional da limpeza	2	1.500,00	998,77	500,00	5.997,54	2	11.995,08
Gestor de contratos	1	6.000,00	3.995,08	500,00	10.495,08	2	20.990,17
Gerente Financeiro do projeto	1	8.000,00	5.326,78	500,00	13.826,78	2	27.653,56
Coordenador de Grupo de Mobilização	4	7.000,00	4.660,93	500,00	48.643,72	2	97.287,44
Coordenador Áreas temáticas	6	7.000,00	4.660,93	500,00	72.965,58	2	145.931,17
Gestor da Informação	1	7.000,00	4.660,93	500,00	12.160,93	2	24.321,86
Coordenador Mobilização/Técnico	2	8.000,00	5.326,78	500,00	27.653,56	2	55.307,11
Coordenador Geral de Projeto	2	10.000,00	6.658,47	500,00	34.316,94	2	68.633,89
TOTAL - E					949.225,81		1.898.451,61
RECURSOS HUMANOS - TOTAL - (A+B+C+D+E)							19.878.449,94

VALOR PARA BASE DE CALCULO - ENCARGOS SOBRE FOLHA			1.000,00
Férias Proporcinais	1/12 avos	83,33	8,33%
Férias - 1/3		27,78	2,78%
13º Salário Proporcional	1/12 avos	83,33	8,33%
Aviso Prévio Proporcional (3 dias/ano)	0,01	8,33	0,83%
INSS	25,5%	306,71	30,67%
FGTS	8%	96,22	9,62%
FGTS RESCISÓRIO	0,04	48,11	4,81%
PIS	1%	12,03	1,20%
Percentual - Encargos Trabalhistas			66,58%



3.2 - Tabela Hora/Homem do salário inicial considerando encargos e 220 horas trabalhadas por mês.

Especificação	Quantidade	Hora/Homem
Assessor Técnico - Nível Superior pleno	1	R\$ 47,70
Assessor Técnico - Nível Superior júnior	2	R\$ 27,53
Comunicador social	1	R\$ 11,36
Pedagogo	0	R\$ 40,13
Informação	0	R\$ 47,70
Assistente Administrativo	0	R\$ 24,99
Analista Administrativo	0	R\$ 32,56
Auxiliar Administrativo/Contábil	0	R\$ 24,99
Auxiliar de serviços gerais	0	R\$ 17,42
Recepcionista	0	R\$ 17,42
Profissional da limpeza	0	R\$ 13,63
Gestor de contratos	1	R\$ 11,36
Gerente Financeiro do projeto	0	R\$ 62,85
Coordenador de Grupo de Mobilização	4	R\$ 21,20
Coordenador Áreas temáticas	2	R\$ 28,77
Gestor da Informação	0	R\$ 55,28
Coordenador Mobilização/Técnico	0	R\$ 62,85
Coordenador Geral de Projeto	1	R\$ 32,56





4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA

4.1 - Custo Operacional

Composição do Custo – Infraestrutura				
Especificação	Quant.	Unidade	Valor Unit.	Custo Total
Comunicação				
Despesas Postais/Correios	23	mês	200,00	4.600,00
Despesas Postais distribuição de equipamentos (incluindo seguro)	100	unid	100,00	10.000,00
Telefone (plano corporativo com linha exclusiva e internet)	23	mês	6.300,00	144.900,00
Crédito de celular pré pago	300	unidade	50,00	15.000,00
Telefone fixo e Internet (para 2 escritório + 3 pontos de apoio)	105	mês	450,00	47.250,00
Sub-total				221.750,00
Serviços Prestados - Elaboração do Plano de Trabalho - Pessoa Física e Jurídica (Inclusive Encargos) Subtraindo o adiantamento de R\$ 181.261,02				
Combustível	1	unid	6.385,37	6.385,37
Impressão	1	unid	8.922,15	8.922,15
Locação de automóveis	1	unid	13.618,50	13.618,50
Recursos Humanos (Pessoal)	1	unid	183.120,00	183.120,00
Tarifa bancária	1	unid	197,06	197,06
Transporte e Alimentação	1	unid	12.268,92	12.268,92
Sub-total*				43.250,98
Serviços Prestados - Pessoa Física e Jurídica (Inclusive Encargos)				
Serviços prestados -Pessoa Jurídica	21	mês	2.000,00	42.000,00
Serviços prestados - Pessoa Física	21	mês	750,00	15.750,00
Serviços especializados em sistemas de informação geográfica (SIG)	1	unid	250.000,00	250.000,00
Plano de prevenção, medicina e segurança do trabalho	22	mês	840,00	18.480,00
Diárias para equipe (15 diárias por 21 meses)	315	unid.	110,00	34.650,00
Serviços Cartorários (autenticação, registro e reconhecimento de firma)	23	mês	200,00	4.600,00
Encadernações e Reprografia/Fotocópias	23	mês	1.500,00	34.500,00
Assessoria Jurídica	23	mês	8.500,00	195.500,00
Serviço Contábeis	23	mês	6.000,00	138.000,00
Seguro cível	2	ano	30.000,00	60.000,00
Seguro trabalhista	2	ano	40.000,00	80.000,00
Seguro Escritórios e Equipamentos	2	ano	20.000,00	40.000,00
Aluguel Veículos - Hatch - 18 unidades	19	mês	25.200,00	478.800,00
Aluguel Veículos - 4x4 - (esporádico)	20	mês	3.100,00	62.000,00
Sub-total				1.454.280,00
Conservação e Manutenção de Bens e Instalações				
Conservação e Manutenção de Bens e Instalações	23	mês	700,00	16.100,00
Restauração de avarias dos automóveis e sinistro	72	unid	2.500,00	180.000,00
Alvará, taxa de fiscalização localização e funcionamento, taxa de incêndio e afins (2 escritórios)	8	ano	800,00	6.400,00
Material de limpeza, Copa e Cozinha	21	mês	2.500,00	52.500,00
Prestação de Serviços para desmobilização de infraestrutura	2	mês	40.000,00	80.000,00
Aquisição de material para desmobilização de infraestrutura	2	mês	8.000,00	16.000,00
Sub-total				351.000,00
Diversos				
Material de Escritório	21	mês	800,00	16.800,00
Consumo - Lanches/Padaria	20	mês	2.200,00	44.000,00
Águas potável	3541	garrafa	9,50	33.634,75
Aluguel de Imóvel - 2 escritórios	42	mês	3.000,00	126.000,00
Pontos de apoio - 3	63	mês	800,00	50.400,00
Aluguel de garagem	21	mês	2.000,00	42.000,00
Energia elétrica (2 imóveis + garagem + 2 pontos de apoio)	126	mês	500,00	63.000,00
Água (2 imóveis + garagem)	126	mês	200,00	25.200,00
Combustível	21	mês	22.200,00	466.200,00
Cavalete Flip Chart	30	unid.	150,00	4.500,00
Equipamentos acessórios de informática	1	unid.	12.000,00	12.000,00
Software, armazenamento em nuvem, contas de e-mail, programas e licenças de sistemas (equipamentos x 2 anos)	408	unid.	800,00	326.400,00
Plataformas para reuniões virtuais	22	mês	300,00	6.600,00
Plataforma para "lives"	4	mês	350,00	1.400,00
Intercâmbio dos atingidos	8	unid.	25.000,00	200.000,00
Alimentação/Transporte Reuniões de Comissão de Atingidos	18	unid.	4.000,00	72.000,00
Alcool gel e líquido	840	litros	9,00	7.560,00
Máscaras	144000	unid.	1,20	172.800,00
EPI - diversos	120	unid.	350,00	42.000,00
Sub-total				178
TOTAL CUSTO (R\$1,00) - OPERACIONAL				3.782.775,73
*Foi descontado do valor sub-total a quantia de R\$150.000,00, valor este já repassado a AEDAS por decisão judicial para elaboração do Plano de Trabalho.				



4.2 - Despesas com bens, móveis e equipamentos

Aquisição de Periféricos				
Motos - 300 cilindradas	3	unid.	21.000,00	63.000,00
Computador - All in One	12	unid.	4.300,00	51.600,00
Computador Desktop (alto desempenho)	6	unid.	9.333,33	56.000,00
Notebook (com garantia estendida)	90	unid.	3.350,00	301.500,00
Tablet com gps integrado	45	unid.	1.500,00	67.500,00
Máquina Fotográfica profissional	3	unid.	4.000,00	12.000,00
Máquina Fotográfica semi profissional	9	unid.	700,00	6.300,00
Acessórios fotográficos	1	unid.	3.000,00	3.000,00
Projetores	20	unid.	2.000,00	40.000,00
Tela para projeção	20	unid.	500,00	10.000,00
Aparelho televisor	2	unid.	2.700,00	5.400,00
Equipamentos de teleconferência (kit completo)	1	unid.	13.000,00	13.000,00
Gravador de áudio profissional	1	unid.	1.400,00	1.400,00
Gravador de áudio digital básico	30	unid.	250,00	7.500,00
GPS	5	unid.	900,00	4.500,00
Mesa de Escritório	103	unid.	500,00	51.500,00
Cadeiras de Escritório	103	unid.	250,00	25.750,00
Mesa de reunião	6	unid.	500,00	3.000,00
Cadeiras simples	60	unid.	150,00	9.000,00
Mesa de plástico	30	unid.	90,00	2.700,00
Cadeira de plástico	700	unid.	60,00	42.000,00
Caixa de som com microfone e auxiliares	20	unid.	3.300,00	66.000,00
Bebedouro	4	unid.	800,00	3.200,00
Geladeira, fogão e utensílios de cozinha	2	unid.	4.000,00	8.000,00
Arquivo de escritório em aço	9	unid.	600,00	5.400,00
Armários para Escritório	90	unid.	500,00	45.000,00
Mobília para Escritório (acolhimento)	3	unid.	2.500,00	7.500,00
Aparelho telefônico móveis (smartphone)	103	unid.	820,00	84.460,00
Aparelho telefônico	12	unid.	120,00	1.440,00
Impressora Laser Jet portátil	6	mês	800,00	4.800,00
Impressora colorida profissional	4	mês	3.500,00	14.000,00
Impressora Multifuncional Profissional	3	mês	3.000,00	9.000,00
CUSTO TOTAL (R\$1,00) - Despesas com bens, móveis e equipamentos				1.025.450,00



4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL

4.3 - Custeio Operacional Institucional

Composição do Custo – Infraestrutura				
Especificação	Quant.	Unidade	Valor Unit.	Custo Total
Comunicação				
Despesas Postais/Correios	21	mês	100,00	2.100,00
Telefone fixo e Internet (para 2 escritório)	21	mês	765,00	16.065,00
Sub-total				18.165,00
Serviços Prestados - Pessoa Física e Jurídica (Inclusive Encargos)				
Serviços prestados -Pessoa Jurídica	23	mês	2.000,00	46.000,00
Serviços prestados por profissionais da instituição (Contabilidade e RH)	2300	horas	46,36	106.636,36
Serviços prestados por profissionais da instituição (Coordenação de projetos Sênior)	1840	horas	154,55	284.363,64
Serviços prestados por profissionais da instituição (Coordenação Jurídica Sênior)	1840	horas	139,09	255.927,27
Serviços prestados por profissionais da instituição (Auxiliar de serviços gerais)	4400	horas	18,55	81.600,00
Serviços especializados em sistemas de integrado de gestão de projetos (SIGP)	1	unid.	250.000,00	250.000,00
Diárias para equipe institucional (20 diárias por 21 meses)	420	unid.	110,00	46.200,00
Diárias para atividades de Capacitação, Avaliação e Planejamento Equipe (1 semana/semestre)	684	diária	250,00	171.000,00
Encadernações e Reprografia/Fotocópias	23	mês	200,00	4.600,00
Auditoria institucional interna	4	mês	150.000,00	600.000,00
Custos de manutenção institucional	1	unid.	950.000,00	950.000,00
Sub-total				2.796.327,27
Conservação e Manutenção de Bens e Instalações				
Conservação e Manutenção de Bens e Instalações	23	mês	700,00	16.100,00
Restauração de avarias dos automóveis e sinistro	24	unid.	2.500,00	60.000,00
Seguro imóveis e equipamentos, alvará, taxa de fiscalização localização e funcionamento, taxa de incêndio e afins	2	ano	20.000,00	40.000,00
Seguros automóveis, Taxas, Licenciamento Detran	2	unid.	16.000,00	32.000,00
Material de limpeza, Copa e Cozinha	21	mês	750,00	15.750,00
Prestação de Serviços para desmobilização de infraestrutura	2	mês	15.500,00	31.000,00
Aquisição de material desmobilização de infraestrutura	2	mês	3.000,00	6.000,00
Sub-total				200.850,00
Diversos				
Material de Escritório	21	mês	400,00	8.400,00
Consumo - alimentação	21	mês	4.400,00	92.400,00
Águas potável	1200	garraão	9,50	11.400,00
Aluguel de Imóvel Belo Horizonte com IPTU (1 escritórios por 21)	21	mês	7.000,00	147.000,00
Energia elétrica	21	mês	500,00	10.500,00
Água - copasa	21	mês	250,00	5.250,00
Combustível	21	mês	3.000,00	63.000,00
Sub-total				337.950,00
TOTAL CUSTO (R\$1,00) - OPERACIONAL				3.353.292,27



4.4 - Despesas com bens, móveis e equipamentos Institucional

Aquisição de Periféricos				
Veículos - Picape	2	unid.	125.000,00	250.000,00
Computador - All in One	2	unid.	4.300,00	8.600,00
Notebook (com garantia estendida)	4	unid.	3.350,00	13.400,00
Projetores	1	unid.	2.500,00	2.500,00
Tela para projeção	1	unid.	500,00	500,00
Aparelho televisor	1	unid.	2.700,00	2.700,00
Equipamentos de teleconferência (kit completo)	1	unid.	13.000,00	13.000,00
Equipamentos acessórios de informática	1	unid.	2.000,00	2.000,00
Software, armazenamento em nuvem, programas e licenças de sistemas (equipamentos x 4 anos)	4	unid.	500,00	2.000,00
Mesa de Escritório	6	unid.	500,00	3.000,00
Cadeiras de Escritório	6	unid.	250,00	1.500,00
Mesa de reunião	2	unid.	500,00	1.000,00
Cadeiras simples	20	unid.	150,00	3.000,00
Bebedouro	2	unid.	800,00	1.600,00
Geladeira, fogão e utensílios de cozinha	1	unid.	4.000,00	4.000,00
Arquivo de escritório em aço	2	unid.	600,00	1.200,00
Armários para Escritório	4	unid.	500,00	2.000,00
Mobília para Escritório (acolhimento)	1	unid.	2.500,00	2.500,00
Aparelho telefônico móveis (smartphone)	3	unid.	800,00	2.400,00
Impressora colorida profissional	1	mês	3.500,00	3.500,00
Impressora Multifuncional Profissional	1	mês	3.000,00	3.000,00
CUSTO TOTAL (R\$1,00) - Despesas com bens, móveis e equipamentos				323.400,00

5. COMUNICAÇÃO

5.1 - Produção de material: gráfico, audiovisual:

Composição do Custo			
Especificação	Quantidade	Custo Unitário	Valor Total (R\$)
5.1.1 - Folder/banner	39.900	7,20	287.280,00
5.1.2 - Tabloide (Jornal)	240.000	3,50	840.000,00
5.1.3 - Cartilhas - Formação	53.200	6,70	356.440,00
5.1.4 - Informativos/panfletos	106.400	0,60	63.840,00
5.1.5 - Veiculação de mídia de rádio	240	150,00	36.000,00
5.1.6 - Programa Semanal de rádio (10 minuto)	60	1.000,00	60.000,00
5.1.7 - Spot de rádio de alcance estadual	24	1.500,00	36.000,00
5.1.8 - Veiculação de mídia em jornal impresso (alcance local)	24	900,00	21.600,00
5.1.9 - Impresão de cartazes auto-colantes	600	35,00	21.000,00
5.1.10 Impulsioneamento de publicação em redes sociais	96	100,00	9.600,00
5.1.11 Carro de som	360	80,00	28.800,00
5.1.12 - Produção áudio visual	4	25.000,00	100.000,00
Total (R\$)			1.860.560,00





O Fundo Administrativo (reserva técnica), que representa 0,17% do Orçamento Global, tem o objetivo de proteger a consecução adequada e integral dos princípios e objeto do Plano de Trabalho, dando cobertura a possíveis variações de preços de mercado, bem como a custos e riscos de difícil previsibilidade, permitindo a operacionalização da entidade com segurança e a continuidade das atividades sem comprometer a execução física. Todo recurso aplicado da reserva técnica será devidamente justificado e submetido a apreciação da auditoria.

De outro lado, a rubrica denominada “Custos de manutenção institucional” tem como finalidade garantir que a entidade possa dar continuidade às suas atividades estatutárias e missão institucional, sem risco de comprometer suas atividades regulares, seu patrimônio e sua reputação por conta da consecução das atividades previstas no Plano de Trabalho. Podemos denominar este valor como um valor institucional que está relacionado, entre outros: a) à cobertura de custos diretos na governança da entidade, por conta de impactos ocasionados pela gestão do Projeto e que não têm previsão específica no orçamento; b) à cobertura de impactos econômicos indiretos com infraestrutura e pessoal da entidade, em especial quando da prestação de contas da entidade como um todo perante as autoridades públicas e demais órgãos de controle; c) impactos na atividade central da entidade, com possível perda de outras oportunidades nas quais poderiam atuar e que garantiriam recursos semelhantes a taxa de execução prevista em orçamento; d) necessidade dar continuidade às atividades da entidade no cumprimento de seus objetivos estatutários, sem qualquer risco; e) adequações no corpo técnico da entidade para atender normativos legais vigentes, tais como Decreto-Lei nº 9.579/2018, Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989 e Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; f) qualificação do corpo técnico da entidade em cursos profissionalizantes; g) provimento de bolsas de estágio para atendimento a demandas institucionais. Todo recurso aplicado aos custos de manutenção institucional serão devidamente justificados e submetidos a apreciação da auditoria.





12. DADOS BANCÁRIOS

TITULARIDADE: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS

CNPJ: 03.597.850/0001-07

BANCO: Banco do Brasil

AGÊNCIA: 1228-9

CONTA CORRENTE: 99011-6

DIRIGENTES: Thais Amélia de Oliveira Gomes - (099.327.886-86)

Livia Morena Brantes Bezerra - (101.389.747-13)

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Segue abaixo tabela síntese com cronograma de desembolso para os 23 meses de execução inicial das atividades da assessoria técnica.

TABELA SÍNTESE DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO SEMESTRAL

MÊS	VALOR
1	10.623.702,32
7	16.588.005,21
13	16.235.821,92
19	12.098.834,53
TOTAL	55.546.363,98







Descrição	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO	6.507.080,00	17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1 - Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	241.280,00	58						
1.2 - Seminários Regionais	563.200,00	352						
1.3 - Seminários Temáticos - A	4.013.600,00	232						
1.4 - Seminários Temáticos - B	1.012.100,00	58						
1.5 - Assembleias - A	451.200,00	32						
1.6 - Assembleias - B	131.200,00	8						
1.7 - Assembleias - C	94.500,00	3						
2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE	15.529.712,80	48	0,00	0,00	42.000,00	571.893,79	743.874,66	931.185,78
2.1.1 - Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	288.000,00	4				72.000,00	72.000,00	72.000,00
2.1.2 - Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias	1.393.292,80	19					73.331,20	73.331,20
2.1.3 - Formação em Direitos	138.520,00	13						
2.1.4 - Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero das propostas de medidas reparatórias	857.900,00	18						47.661,11
2.1.5 - Mobilizador temporário	84.000,00	2			42.000,00	42.000,00		
Levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas.	1.330.000,00	12				166.250,00	166.250,00	166.250,00
Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	1.330.000,00	18				36.944,44	36.944,44	36.944,44
Levantamento de danos aos animais	1.064.000,00	17				62.588,24	62.588,24	62.588,24
Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	1.064.000,00	18				59.111,11	59.111,11	59.111,11
Levantamento documental e dos danos dos povos, comunidades tradicionais e de religiões de matriz africana	532.000,00	17					31.294,12	31.294,12
Levantamento de danos a pesca artesanal, profissional e recreativa	1.330.000,00	18				73.888,89	73.888,89	73.888,89
Estudo para recuperação do Rio Paraopéba e tributários (afluentes)	1.064.000,00	18				59.111,11	59.111,11	59.111,11
Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	532.000,00	16						33.250,00
Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	532.000,00	15						35.466,67
Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	1.330.000,00	18					73.888,89	73.888,89
Levantamento de danos ao patrimônio histórico e cultural	532.000,00	15					35.466,67	35.466,67
Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	1.064.000,00	15						70.933,33
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	532.000,00	16						
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	532.000,00	16						
3. RECURSOS HUMANOS - EQUIPES DO PROJETO	19.878.449,94	48	66.087,11	172.418,88	907.254,67	907.254,67	907.254,67	907.254,67
4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA	8.484.918,00	23	1.700.484,32	308.383,35	308.383,35	308.383,35	308.383,35	308.383,35
4.1 - Custo Operacional	3.782.775,73	23	205.839,01	162.588,03	162.588,03	162.588,03	162.588,03	162.588,03
4.2 - Despesas com bens, móveis e equipamentos	1.025.450,00	1	1.025.450,00					
4.3 - Custeio Operacional Institucional	3.353.292,27	23	145.795,32	145.795,32	145.795,32	145.795,32	145.795,32	145.795,32
4.4 - Despesas com bens, móveis e equipamentos Institucional	323.400,00	1	323.400,00					
5. COMUNICAÇÃO	1.860.560,00	23	73.340,87	73.340,87	75.860,87	121.340,87	121.340,87	121.340,87
6. COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	3.135.643,24	23	599.126,71					
7. FUNDO ADMINISTRATIVO	150.000,00	23	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74
TOTAL	55.546.363,98	23	2.445.561	560.665	1.340.021	1.915.394	2.087.375	2.274.686
VALOR DESEMBOLSO SEMESTRAL	55.546.363,98		10.623.702,32					





Descrição	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO	6.507.080,00	17	295.629,41	355.789,41	330.829,41	428.889,41	372.429,41	397.389,41
1.1 - Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	241.280,00	58		24.960,00		24.960,00		24.960,00
1.2 - Seminários Regionais	563.200,00	352		35.200,00	35.200,00	35.200,00	35.200,00	35.200,00
1.3 - Seminários Temáticos - A	4.013.600,00	232	236.094,12	236.094,12	236.094,12	236.094,12	236.094,12	236.094,12
1.4 - Seminários Temáticos - B	1.012.100,00	58	59.535,29	59.535,29	59.535,29	59.535,29	59.535,29	59.535,29
1.5 - Assembleias - A	451.200,00	32				32.228,57	32.228,57	32.228,57
1.6 - Assembleias - B	131.200,00	8				9.371,43	9.371,43	9.371,43
1.7 - Assembleias - C	94.500,00	3				31.500,00		
2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE	15.529.712,80	48	1.016.158,00	944.158,00	944.158,00	907.213,55	917.868,94	917.868,94
2.1.1 - Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	288.000,00	4	72.000,00					
2.1.2 - Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias	1.393.292,80	19	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20
2.1.3 - Formação em Direitos	138.520,00	13					10.655,38	10.655,38
2.1.4 - Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero das propostas de medidas reparatórias	857.900,00	18	47.661,11	47.661,11	47.661,11	47.661,11	47.661,11	47.661,11
2.1.5 - Mobilizador temporário	84.000,00	2						
Levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas.	1.330.000,00	12	110.833,33	110.833,33	110.833,33	110.833,33	110.833,33	110.833,33
Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	1.330.000,00	18	110.833,33	110.833,33	110.833,33	73.888,89	73.888,89	73.888,89
Levantamento de danos aos animais	1.064.000,00	17	62.588,24	62.588,24	62.588,24	62.588,24	62.588,24	62.588,24
Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	1.064.000,00	18	59.111,11	59.111,11	59.111,11	59.111,11	59.111,11	59.111,11
Levantamento documental e dos danos dos povos, comunidades tradicionais e de religiões de matriz africana	532.000,00	17	31.294,12	31.294,12	31.294,12	31.294,12	31.294,12	31.294,12
Levantamento de danos a pesca artesanal, profissional e recreativa	1.330.000,00	18	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89
Estudo para recuperação do Rio Paraopéba e tributários (afluentes)	1.064.000,00	18	59.111,11	59.111,11	59.111,11	59.111,11	59.111,11	59.111,11
Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	532.000,00	16	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00
Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	532.000,00	15	35.466,67	35.466,67	35.466,67	35.466,67	35.466,67	35.466,67
Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	1.330.000,00	18	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89
Levantamento de danos ao patrimônio histórico e cultural	532.000,00	15	35.466,67	35.466,67	35.466,67	35.466,67	35.466,67	35.466,67
Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	1.064.000,00	15	70.933,33	70.933,33	70.933,33	70.933,33	70.933,33	70.933,33
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	532.000,00	16	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	532.000,00	16	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00
3. RECURSOS HUMANOS - EQUIPES DO PROJETO	19.878.449,94	48	907.254,67	907.254,67	907.254,67	949.225,81	949.225,81	949.225,81
4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA	8.484.918,00	23	308.383,35	308.383,35	308.383,35	308.383,35	308.383,35	308.383,35
4.1 - Custo Operacional	3.782.775,73	23	162.588,03	162.588,03	162.588,03	162.588,03	162.588,03	162.588,03
4.2 - Despesas com bens, móveis e equipamentos	1.025.450,00	1						
4.3 - Custeio Operacional Institucional	3.353.292,27	23	145.795,32	145.795,32	145.795,32	145.795,32	145.795,32	145.795,32
4.4 - Despesas com bens, móveis e equipamentos Institucional	323.400,00	1						
5. COMUNICAÇÃO	1.860.560,00	23	40.446,96	40.446,96	40.446,96	80.893,91	80.893,91	80.893,91
6. COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	3.135.643,24	23	936.728,76					
7. FUNDO ADMINISTRATIVO	150.000,00	23	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74
TOTAL	55.546.363,98	23	3.511.123	2.562.554	2.537.594	2.681.128	2.635.323	2.660.283
VALOR DESEMBOLSO SEMESTRAL	55.546.363,98		16.588.005,21					



Descrição	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18
1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO	6.507.080,00	17	372.429,41	397.389,41	403.929,41	407.789,41	372.429,41	407.789,41
1.1 - Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	241.280,00	58		24.960,00		35.360,00		35.360,00
1.2 - Seminários Regionais	563.200,00	352	35.200,00	35.200,00	35.200,00	35.200,00	35.200,00	35.200,00
1.3 - Seminários Temáticos - A	4.013.600,00	232	236.094,12	236.094,12	236.094,12	236.094,12	236.094,12	236.094,12
1.4 - Seminários Temáticos - B	1.012.100,00	58	59.535,29	59.535,29	59.535,29	59.535,29	59.535,29	59.535,29
1.5 - Assembleias - A	451.200,00	32	32.228,57	32.228,57	32.228,57	32.228,57	32.228,57	32.228,57
1.6 - Assembleias - B	131.200,00	8	9.371,43	9.371,43	9.371,43	9.371,43	9.371,43	9.371,43
1.7 - Assembleias - C	94.500,00	3			31.500,00			
2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE	15.529.712,80	48	862.452,27	862.452,27	862.452,27	807.035,60	807.035,60	807.035,60
2.1.1 - Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	288.000,00	4						
2.1.2 - Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias	1.393.292,80	19	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20
2.1.3 - Formação em Direitos	138.520,00	13	10.655,38	10.655,38	10.655,38	10.655,38	10.655,38	10.655,38
2.1.4 - Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero das propostas de medidas reparatórias	857.900,00	18	47.661,11	47.661,11	47.661,11	47.661,11	47.661,11	47.661,11
2.1.5 - Mobilizador temporário	84.000,00	2						
Levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas.	1.330.000,00	12	55.416,67	55.416,67	55.416,67			
Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	1.330.000,00	18	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89
Levantamento de danos aos animais	1.064.000,00	17	62.588,24	62.588,24	62.588,24	62.588,24	62.588,24	62.588,24
Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	1.064.000,00	18	59.111,11	59.111,11	59.111,11	59.111,11	59.111,11	59.111,11
Levantamento documental e dos danos dos povos, comunidades tradicionais e de religiões de matriz africana	532.000,00	17	31.294,12	31.294,12	31.294,12	31.294,12	31.294,12	31.294,12
Levantamento de danos a pesca artesanal, profissional e recreativa	1.330.000,00	18	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89
Estudo para recuperação do Rio Paraopéba e tributários (afluentes)	1.064.000,00	18	59.111,11	59.111,11	59.111,11	59.111,11	59.111,11	59.111,11
Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	532.000,00	16	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00
Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	532.000,00	15	35.466,67	35.466,67	35.466,67	35.466,67	35.466,67	35.466,67
Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	1.330.000,00	18	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89
Levantamento de danos ao patrimônio histórico e cultural	532.000,00	15	35.466,67	35.466,67	35.466,67	35.466,67	35.466,67	35.466,67
Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	1.064.000,00	15	70.933,33	70.933,33	70.933,33	70.933,33	70.933,33	70.933,33
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	532.000,00	16	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	532.000,00	16	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00
3. RECURSOS HUMANOS - EQUIPES DO PROJETO	19.878.449,94	48	949.225,81	949.225,81	949.225,81	949.225,81	949.225,81	949.225,81
4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA	8.484.918,00	23	308.383,35	308.383,35	308.383,35	308.383,35	308.383,35	308.383,35
4.1 - Custo Operacional	3.782.775,73	23	162.588,03	162.588,03	162.588,03	162.588,03	162.588,03	162.588,03
4.2 - Despesas com bens, móveis e equipamentos	1.025.450,00	1						
4.3 - Custeio Operacional Institucional	3.353.292,27	23	145.795,32	145.795,32	145.795,32	145.795,32	145.795,32	145.795,32
4.4 - Despesas com bens, móveis e equipamentos Institucional	323.400,00	1						
5. COMUNICAÇÃO	1.860.560,00	23	40.446,96	40.446,96	40.446,96	80.893,91	80.893,91	80.893,91
6. COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	3.135.643,24	23	916.793,86					
7. FUNDO ADMINISTRATIVO	150.000,00	23	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74
TOTAL	55.546.363,98	23	3.456.253	2.564.420	2.570.960	2.559.850	2.524.490	2.559.850
VALOR DESEMBOLSO SEMESTRAL	55.546.363,98		16.235.821,92					





Descrição	Valor (R\$1,00)	Quantidade	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Sub-total
1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO	6.507.080,00	17	372.429,41	407.789,41	372.429,41	407.789,41	403.929,41	6.507.080,00
1.1 - Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	241.280,00	58		35.360,00		35.360,00		241.280,00
1.2 - Seminários Regionais	563.200,00	352	35.200,00	35.200,00	35.200,00	35.200,00	35.200,00	563.200,00
1.3 - Seminários Temáticos - A	4.013.600,00	232	236.094,12	236.094,12	236.094,12	236.094,12	236.094,12	4.013.600,00
1.4 - Seminários Temáticos - B	1.012.100,00	58	59.535,29	59.535,29	59.535,29	59.535,29	59.535,29	1.012.100,00
1.5 - Assembleias - A	451.200,00	32	32.228,57	32.228,57	32.228,57	32.228,57	32.228,57	451.200,00
1.6 - Assembleias - B	131.200,00	8	9.371,43	9.371,43	9.371,43	9.371,43	9.371,43	131.200,00
1.7 - Assembleias - C	94.500,00	3					31.500,00	94.500,00
2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE	15.529.712,80	48	807.035,60	771.568,94	602.580,70	272.036,58	131.647,70	15.529.712,80
2.1.1 - Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	288.000,00	4						288.000,00
2.1.2 - Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias	1.393.292,80	19	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20	73.331,20	1.393.292,80
2.1.3 - Formação em Direitos	138.520,00	13	10.655,38	10.655,38	10.655,38	10.655,38	10.655,38	138.520,00
2.1.4 - Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero das propostas de medidas reparatórias	857.900,00	18	47.661,11	47.661,11	47.661,11	47.661,11	47.661,11	857.900,00
2.1.5 - Mobilizador temporário	84.000,00	2						
Levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas.	1.330.000,00	12						1.330.000,00
Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos	1.330.000,00	18	73.888,89	73.888,89	73.888,89			1.330.000,00
Levantamento de danos aos animais	1.064.000,00	17	62.588,24	62.588,24				1.064.000,00
Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	1.064.000,00	18	59.111,11	59.111,11	59.111,11			1.064.000,00
Levantamento documental e dos danos dos povos, comunidades tradicionais e de religiões de matriz africana	532.000,00	17	31.294,12	31.294,12	31.294,12			532.000,00
Levantamento de danos a pesca artesanal, profissional e recreativa	1.330.000,00	18	73.888,89	73.888,89	73.888,89			1.330.000,00
Estudo para recuperação do Rio Paraopéba e tributários (afluentes)	1.064.000,00	18	59.111,11	59.111,11	59.111,11			1.064.000,00
Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	532.000,00	16	33.250,00	33.250,00	33.250,00			532.000,00
Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	532.000,00	15	35.466,67	35.466,67				532.000,00
Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	1.330.000,00	18	73.888,89	73.888,89	73.888,89	73.888,89		1.330.000,00
Levantamento de danos ao patrimônio histórico e cultural	532.000,00	15	35.466,67					532.000,00
Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	1.064.000,00	15	70.933,33	70.933,33				1.064.000,00
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	532.000,00	16	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00		532.000,00
Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	532.000,00	16	33.250,00	33.250,00	33.250,00	33.250,00		532.000,00
3. RECURSOS HUMANOS - EQUIPES DO PROJETO	19.878.449,94	48	949.225,81	949.225,81	949.225,81	949.225,81	949.225,81	19.878.449,94
4. CUSTEIO e INFRAESTRUTURA	8.484.918,00	23	308.383,35	308.383,35	308.383,35	308.383,35	308.383,35	8.484.918,00
4.1 - Custo Operacional	3.782.775,73	23	162.588,03	162.588,03	162.588,03	162.588,03	162.588,03	3.782.775,73
4.2 - Despesas com bens, móveis e equipamentos	1.025.450,00	1						1.025.450,00
4.3 - Custeio Operacional Institucional	3.353.292,27	23	145.795,32	145.795,32	145.795,32	145.795,32	145.795,32	3.353.292,27
4.4 - Despesas com bens, móveis e equipamentos Institucional	323.400,00	1						323.400,00
5. COMUNICAÇÃO	1.860.560,00	23	128.893,91	128.893,91	126.373,91	80.893,91	80.893,91	1.860.560,00
6. COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	3.135.643,24	23	682.993,92					3.135.643,24
7. FUNDO ADMINISTRATIVO	150.000,00	23	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	6.521,74	150.000,00
TOTAL	55.546.363,98	23	3.255.484	2.572.383	2.365.515	2.024.851	1.880.602	55.546.363,98
VALOR DESEMBOLSO SEMESTRAL	55.546.363,98		12.098.834,53					



14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na expertise da AEDAS na construção de processos de assessoria técnica às comunidades atingidas e fundamentado no trabalho de campo realizado ao longo de aproximadamente 45 dias junto as pessoas atingidas, construiu-se o Plano de Trabalho acima. Entende-se que na modalidade apresentada resta assegurada a ampla participação dos atingidos e das atingidas de modo informado e consciente tanto para a construção do processo reparatório, como para a consolidação da perspectiva de assessoria técnica proposta.

Ressalta-se que o cadastro e a valoração de danos indenizáveis serão possíveis após definição consensuada ou em juízo das categorias de danos, dos critérios de reconhecimento de atingidos e atingidas, bem como das formas de valoração a serem propostas pelo Comitê Técnico-Científico, ou, na impossibilidade desse, outra entidade independente e vinculada ao juízo, a ser indicada em comum acordo pelas partes ou definida pelo juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte.

Assim, compreende-se que a etapa de cadastro (individualização) e valoração (precificação da indenização), que tornam executável o pagamento de indenização e de implementação de outras medidas reparatórias será dada em momento posterior a tais definições. Por isso, o trabalho é focado na construção das propostas dos atingidos para essas definições (consubstanciado no Plano de Reparação Integral), não compreendendo o cadastro individualizado e precificação de indenizações.

O registro familiar (Sessão 7.4), que será entregue às famílias na mesma temporalidade das entregas das Matrizes de Reparação, auxiliarão os atingidos na individualização e comprovação de seus danos, entretanto, deverão ter acesso a inserção de provas e dados que venham a ser necessários e não tenham sido colhidas no processo da assessoria. Além disso, outros atingidos que, porventura, não participem do processo da assessoria devem ter direito a essa individualização para liquidação e possibilidade de execução (cadastro propriamente).

Cabe ainda destacar que a realidade socioeconômica presente em contexto de rompimento de barragem é demasiado dinâmica. Deste modo no decorrer da execução do Projeto novas dificuldades e dimensões poderão emergir, tal qual a necessidade de



adaptação de consultorias, da ampliação da constituição de comissões, aumento do público alvo ou mesmo a ampliação das equipes técnicas. Qualquer proposta de ajuste e/ou alteração do Plano de Trabalho será tratada no âmbito da metodologia de participação proposta, em diálogo com as Instituições de Justiça e o Juízo, para validação. Há duas situações específicas em que será necessária a revisão dos valores orçados no presente plano. A primeira se refere a uma reserva técnica referente a ocorrência de algum fator inesperado, de causa maior que demandará a realização de despesas extras. A segunda se refere ao aumento do público alvo atingido em percentual igual ou superior a 15%. Nesses dois casos abrir-se-á uma nova discussão e negociação dos valores aditivos do projeto com as Instituições de Justiça.

Com o avançar das tratativas que visem à implementação da reparação, o presente projeto poderá abarcar um terceiro eixo, para além da Assessoria, se assim for a vontade das famílias atingidas. Tal eixo seria o da participação direta em ações e medidas de reparação, como a prestação de Assistência Técnica.

Cabe esclarecer que a Assessoria Técnica no campo jurídico se destina exclusivamente a subsidiar os atingidos de informações jurídicas necessárias aos processos decisórios coletivos, não sendo seu papel manejar ações judiciais individuais. Ademais, todos os profissionais contratados deverão formalmente se comprometer a não se valer de informações e dados obtidos a partir do projeto para outros fins fora do escopo deste projeto.

Desta forma, dispõe-se a cumprir todas as determinações legais e exigências estabelecidas para cumprimento da Assessoria Técnica às Comunidades Atingidas pelo rompimento da Barragem B-I da Mina de Córrego do Feijão, nos municípios da Região 2.



15. ANEXO I – SÍNTESE DOS PRIMEIROS DANOS LEVANTADOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Comunidade	Danos
Acampamento Pátria Livre	Dificuldade de escoamento da produção; perda de rendimento na produção; uso da água para produção interrompido; interrupção de projetos de vida e de projetos coletivos da comunidade; redução na renda (produção, pesca etc. falta de garantia de produtos agroecológicos); redução número de pessoas no acampamento (outras querem sair); medo de contaminação do ambiente em geral; falta de informações e de dados precisos / confiáveis, sobre extensão da contaminação; escola perdeu alunos e professores; trajeto alterado (alguns alunos vinham de barco e agora têm que andar longas distâncias); redução horas-aula; perda do lazer; aumento de doenças: dengue, problemas respiratórios, pele, unha, cabelo, problemas psicológicos e pneumonia.
Acampamento Zequinha	Dificuldade de escoamento da produção Impossibilidade da pesca (redução de renda e de fonte de alimentos); Medo do risco de contaminação; Falta de transporte (escolar) Perda do lazer; Ausência de Postos de Saúde e UPAs; Aumento de doenças; Interrupção do fornecimento de água; Queda na qualidade da água
Cruzeiro	Dificuldade de alugar os imóveis - abalo a renda - perda das produções (plantações e criação de animais) - dificuldade de comercializar os produtos -perda da tranquilidade - aumento do preconceito e estigma pela possível contaminação – danos aos imóveis -perda das formas de lazer - regularizar os auxílios emergenciais - perda das plantações - desaparecimento dos animais - possível contaminação da Água, ar e solo -perda do lazer no rio - suspensão dos projetos sociais-aumento das doenças respiratórias - aumento das doenças mentais - diarreias - vômitos - surto de dengue - pessoas com feridas pelo corpo -Desvalorização dos imóveis - danos às estruturas das casas
Colônia de Santa Isabel	Perda das produções (plantações e criação de animais) - dificuldade de comercializar os produtos -perda da tranquilidade - aumento do preconceito e estigma pela possível contaminação - uso da água do rio para produção interrompido - Queda na qualidade da água - morte de plantações - Impossibilidade de pescar - medo de possíveis enchentes com o rio já contaminado - medo da contaminação do Rio Bandeirinha - aumento da ingestão de álcool - aumento de pessoas com sofrimento mental - perda do lazer - aumento de doenças respiratórias - aumento dos casos de dengue - aumento de doenças de pele - medo de contaminação da água, solo e ar - perda das relações familiares - queda no turismo - abalo a renda - desvalorização dos imóveis - medo de novos rompimentos - necessidade de regularização do auxílio emergencial - medo de possível contaminação dos profissionais da área da saúde e educação - interrupção de projetos de vida e de projetos coletivos da comunidade
Assentamento 2 de julho	-Dificuldade de acesso à água - Irregularidades no recebimento do auxílio emergencial - Exclusão de membros da mesma família para recebimento do auxílio emergencial - Insegurança com a qualidade da água - medo da possível contaminação do rio e das cisternas - Possível contaminação do Córrego Pimenta - diminuição da renda - dificuldade de escoar a produção - estigma pela contaminação - Prejuízo à soberania alimentar - perda do lazer - perda da relação com o rio - aumento de pessoas com sofrimento mental - aumento de atores “estranhos” no território - aumento do tráfego de veículos - aumento da possibilidade de acidentes com veículos



Campo Verde e Reta I	Aumento da poeira - Aumento do tráfego de veículos pesados - medo da contaminação - Perda da relação com o rio - abalo a renda - impossibilidade do uso da água para irrigação - perda da produção e hortas - aumento do número de pessoas com sofrimento mental - aumento das doenças de pele e respiratória - morte de animais silvestres, domésticos e de criação - aumento de animais peçonhentos - aumento do tráfego de veículos - poluição sonora - falta de sossego - aumento na circulação de pessoas estranhas na cidade - desvalorização dos imóveis - queda no turismo e no comércio - queda na qualidade da água - perda do lazer com o rio - insegurança por um novo rompimento - aumento do custo de vida
Charneca	Diminuição do turismo - perda do lazer - impossibilidade de pescar - impossibilidade de uso de água para irrigação - aumento da poeira - medo da contaminação - aumento de doenças respiratórias - interrupção dos projetos de vida - medo de possíveis alagamentos - morte da plantação - queda no comércio - desvalorização dos imóveis - irregularidades no auxílio emergencial - estigma pela contaminação - dificuldade de escoar a produção
Colônia FHEMIG	morte das hortas - irregularidade no abastecimento de água - perda do lazer - queda na qualidade da água - perda dos projetos de vida - abalo a renda - aumento de doenças - dificuldade de escoar a produção - estigma com a contaminação - abalo a soberania alimentar - diminuição da qualidade do ar - desvalorização dos imóveis - aumento de pessoas com sofrimento mental - abalo às relações comunitárias - irregularidades no auxílio emergencial - abalo às relações familiares - aumento dos gastos com saúde
Fernando Costa	Desvalorização dos imóveis - medo da contaminação do solo, água e ar - aumento de doenças - perda do sossego - perda do lazer - aumento da poeira- aumento do número de pessoas com sofrimento mental - impossibilidade de pescar - aumento do tráfego de veículos pesados - irregularidade no abastecimento da água -, irregularidade no auxílio emergencial - diminuição da qualidade da água - medo da contaminação
Francelinos	Abalo a renda - impossibilidade de pescar - queda no turismo local - irregularidades no auxílio emergencial - diminuição na qualidade da água - perda da relação com o rio - impossibilidade do uso da água para irrigação - dificuldade de escoar a produção - estigma com a contaminação - perda do lazer - comprometimento da segurança alimentar - aumento de doenças de pele e respiratórias - aumento do índice de pessoas com sofrimento mental - desvalorização dos imóveis - impossibilidade de práticas religiosas no rio
Funil	Abalo a renda - dificuldade de escoar a produção - desvalorização dos imóveis - aumento do custo de vida - queda no turismo - irregularidades no auxílio emergencial - medo de enchentes - diminuição do volume de águas nas nascentes - medo da contaminação - morte dos animais - crianças mais agitadas - queda no rendimento escolar - aumento da poeira - aumento das doenças de pele e respiratórias - aumento de pessoas com sofrimento mental - aumento do tráfego de veículos pesados - poluição sonora
Imperador	Desvalorização dos imóveis - queda no comércio - abalo a renda - aumento de pessoas estranhas na comunidade - dificuldade de escoar a produção - irregularidade no abastecimento de água -, irregularidade no auxílio emergencial - aumento nas demandas de serviços públicos - medo da contaminação - queda na qualidade da água - morte de animais - aumento de animais peçonhentos - interrupção dos planos de vida - quebra das relações comunitárias e familiares - perda do lazer no rio - aumento de doenças de pele e respiratórias - aumento do índice de pessoas com sofrimento mental - aumento do fluxo de veículos pesados - queda na qualidade das vias públicas e estradas
Povos de religião de Matriz Africana	Diminuição das águas das nascentes - perda do rio para a realização de rituais religiosos.
Monte	Desvalorização dos imóveis - perda da relação com o rio - abalo a renda - perda do lazer



Calvário	- impossibilidade de pescar - medo da contaminação do solo, água e ar - interrupção dos sonhos de vida - aumento de doenças respiratórias e de pele - aumento do índice de pessoas com sofrimento mental - aumento do alcoolismo - alteração na soberania alimentar - aumento da poeira - queda na qualidade da água
Paquetá, São Marcos e Jardim Paulista	Abalo a renda - queda na produção rural - desvalorização dos imóveis - irregularidade no auxílio emergencial - irregularidade no abastecimento de água - medo da contaminação - queda na qualidade da água - medo da contaminação dos afluentes do Paraopeba - morte dos animais - aumento de animais peçonhentos - abalo a soberania alimentar - interrupção de projetos sociais - queda no rendimento escolar - aumento de doenças - aumento do índice de pessoas com sofrimento mental - evasão dos atingidos.
Primavera e São Joaquim de Bicas	Desvalorização* dos imóveis - queda no comércio - aumento da poeira - diminuição do turismo - irregularidades no auxílio emergencial - medo da contaminação do solo, água e ar - impossibilidade do uso da água para irrigação - perda da produção agrícola - morte de animais - morte de plantações - aumento do tempo de mobilidade - perda do lazer - impossibilidade de pescar - aumento de doenças respiratórias e de pele - aumento do índice de pessoas com sofrimento mental - estruturas das casas danificadas devido a explosões nas minas - aumento da poeira - aumento no tempo de mobilidade - aumento do tráfego de veículos pesados - sobrecarga dos serviços públicos.
Quebra Galho e Vila Rica	Acesso ao auxílio emergencial (não estão recebendo) - Recuperação da renda dos pescadores (as) e agricultores (as) - Desvalorização dos imóveis - Retomada da fauna local (peixes e animais) - As famílias continuam plantando e comendo as verduras e hortaliças para consumo próprio, mas com medo da contaminação - perda da produção por dificuldades de comercializar - os pescadores (as) não podem pescar no rio Paraopeba - retomar a alegria, formas de lazer – desinformação técnica sobre o rejeito – aumento da poeira – medo de contaminação e piora na saúde – alergias de pele, diarreia, dor de cabeça, etc.- relato de depressão e aumento do alcoolismo na região – falta de abastecimento de água e incertezas de consumir a água das cisternas.
Reta do Jacaré	Diminuição e/ou paralização da venda de hortaliças, frutas e afins; diminuição e/ou paralização da oferta de locação de sítios; desvalorização dos imóveis; Dificuldade para o recebimento do auxílio emergencial; famílias sem cadastro nos PSFs; impedimento e/ou dificuldade de acesso a água; aumento da poeira; água da Copasa com muito cloro; morte de peixes, galinhas, porcos e cachorros; incertezas quanto a continuidade do uso das terras para cultivo de horta; paralização da pesca; perda de vínculos familiares; paralização no recebimento da bolsa família; distribuição de água insuficiente para irrigação das hortas antes utilizadas por água do rio; trauma ocorrido pelo deslocamento forçado dos atingidos; piora nos sintomas da rinite; náuseas; problemas de pele e feridas; insônia; medo/insegurança de romper outra barragem; crianças com diarreia e bronquite; desvalorização do patrimônio (rio Paraopeba); evasão dos atingidos; aumento significativo no fluxo de carros e caminhões; falta de canalização da água; medo de enchentes.
Reta II	Desemprego; diminuição e/ou paralização de aluguel de chácaras; inflação; diminuição e/ou paralização de venda de hortaliças, frutas e afins; contaminação do lençol freático; poluição do rio; morte de peixes, porcos por falta de água; aparecimento de escorpões; incertezas quanto a continuidade do uso das terras para cultivo de horta; sobrecarga dos professores; impacto no transporte fluvial, pesca, prática esportivas no rio (Rafting); paralização de caminhadas pelo receio do contato com a poeira; falta de um espaço para reunião; falta de acesso a água potável; dificuldade de acesso ao sistema público de saúde; posto de saúde está localizado em outro bairro; falta de psicólogo; deslocamento forçado dos atingidos; consultas desmarcadas; Sobrecarga emocional dos professores; depressão; pressão alta, insônia; aumento de medicação; doenças de pele; feridas na pele; dengue; diminuição da imunidade; aumento de doenças em crianças; cerâmica das paredes caindo; aumento do fluxo de carros; insegurança; aumento de pessoas estranhas no território.



<p>Santa Ana e Brejo</p>	<p>Abalo à renda (agricultores, comerciantes, sitiantes e moradores em geral); dificuldade na comprovação de endereço para recebimento do auxílio emergencial; suspeita de contaminação da água, solo e ar; pedido de análise do solo e dos poços artesianos; dificuldades na produção agrícola por suspeita de contaminação; ausência de alternativas de lazer ao rio; paralização de jogos esportivos na quadra; posto de saúde inacessível; dificuldade de acesso à água potável; medo e ansiedade gerados pela suspeita de contaminação do solo, água e ar ; preocupação com a saúde à longo prazo; dificuldade de acesso às comunidades (poucas linhas/horários de transporte coletivo).</p>
<p>São Marcos</p>	<p>Inflação; desvalorização de imóveis; poluição do ar; contaminação da água; paralização da pesca; falta de acesso ao Sistema Público de Saúde; falta de investimento no bairro; inexistência da distribuição de água potável; água da Copasa com excesso de cloro e amarelada; diarreia; doenças de pele; gripe; dengue; falta de médico e de pediatra; problemas respiratórios; deficiência na iluminação pública.</p>
<p>Satélite (Juatuba)</p>	<p>Abalo à renda de comerciantes, pescadores, sitiantes e agricultores; auxílio emergencial inacessível aos pescadores; danos morais; morte de sapos, seriemas e micos ; aumento de casos de dengue; impossibilidade do uso do rio para trabalho e lazer; estigma de contaminação nas produções agrícolas do local; falta de informação sobre direitos dos atingidos (as); ausência de outras fontes de lazer para além do rio; abalo à cultura de socialização com os turistas; necessidade de novas alternativas turísticas; acesso restrito à postos de saúde; medo de contaminação da água, solo, neblina e ar danos psicológicos causados pelo medo, pela falta de lazer e pelo abalo à renda; problemas respiratórios e de pele; aumento substancial dos casos de dengue; sobrecarga de trabalho dos membros da comissão; água da COPASA tem causado alergias e irritações cutâneas; trem de passageiros que de uns tempos para cá só transporta minério; estudo da necessidade de reassentamento da população ribeirinha.</p>
<p>Sol Nascente</p>	<p>Aumento do custo de vida na região; desvalorização dos imóveis; alguns moradores apresentam dificuldades para receber o auxílio emergencial; preocupação com o rio contaminado com metais pesados e demais produtos tóxicos; preocupação com a saúde dos animais de rua que podem estar contaminados pelo rio; alterações notadas nas pequenas plantações cultivadas para consumo próprio: frutas maiores que o normal, verduras com folhas maiores que o normal; moradores(as) estão impossibilitados de utilizar o rio para o lazer e não têm alternativas para tal; aumento no consumo de medicamentos; casos de diarreia, dores de cabeça, doenças respiratórias e de pele; falta de profissionais nos serviços públicos de saúde; há moradores(as) do bairro sem caixa d'água em casa.</p>
<p>Tereza Cristina</p>	<p>Desvalorização dos imóveis; ausência de infraestrutura; problemas respiratórios e dor de barriga, vômito, dores de cabeça, irritações na pele; medo de contaminação por metais pesados; muitas doenças sem diagnóstico, falta de médicos preparados para lidar com essa contaminação; o rio Paraopeba era o principal ponto de lazer e agora está perdido; As crianças também estão envolvidas emocionalmente no crime, só falam disso e de auxílio emergencial.</p>
<p>Vale do Sol 1 e 2</p>	<p>Interrupção da pesca; não vendem produção agrícola, por medo de contaminação dos compradores; comércio severamente afetado; morte de animais domésticos (cachorros) e de corte (galinhas, porcos); desvalorização dos imóveis; verbas repassadas para a Prefeitura (buscam participação dos atingidos e atingidas na definição de prioridades na aplicação); problemas com o pagamento da compensação coletiva (emergencial); maioria está fora da faixa de 1 Km; interrupção da pesca; necessidade de análise das águas, solo,</p>





	<p>ar e da saúde das pessoas; mau cheiro do Rio Paraopeba; lazer interrompido e falta de opções para as crianças; aumento dos casos de doenças; preocupação com a saúde em longo prazo; faltam recursos no Posto de Saúde; poeira faz mal; falta de qualidade das águas do sistema público de abastecimento (COPASA); transporte público precário; asfaltamento na rua principal, que é passagem do transporte coletivo.</p>
--	--



PLANO DE TRABALHO

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE PARA A REPARAÇÃO INTEGRAL
DE DANOS AOS ATINGIDOS PELO DESASTRE DA VALE

BACIA DO RIO PARAPEBA - REGIÃO 3



NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS



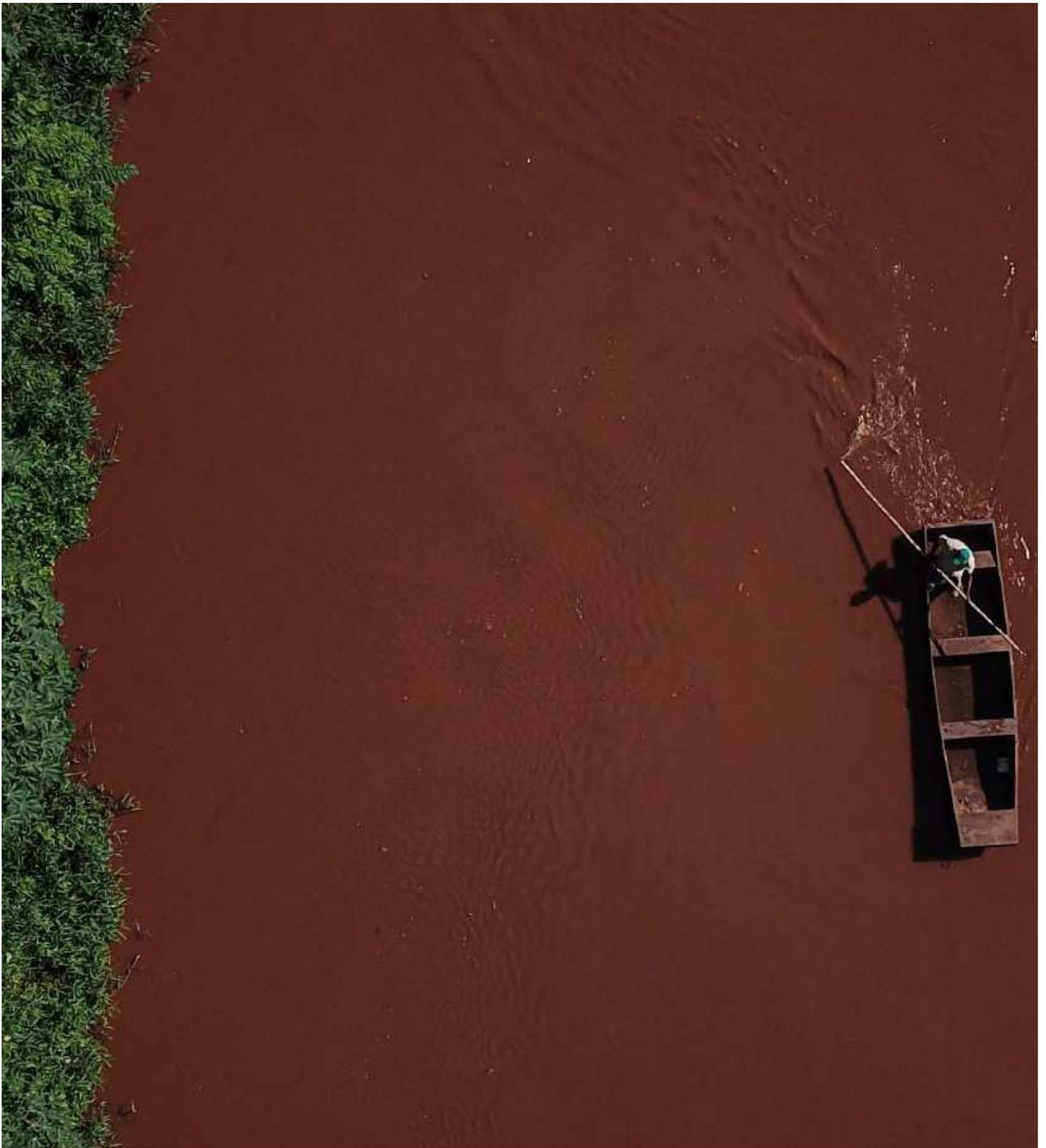


Foto: Douglas Magno / AFP - CC BY-SA 4.0.



PLANO DE TRABALHO

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE PARA A REPARAÇÃO INTEGRAL
DE DANOS AOS ATINGIDOS PELO DESASTRE DA VALE

BACIA DO RIO PARAÓPEBA REGIÃO 3

NACAB

NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS



FICHA TÉCNICA:

Coordenação Geral

Gumercindo Souza Lima

Engenheiro Florestal (UFV, 1984). Especialização em Primatologia (UNB, 1987). Mestrado em Engenharia Florestal (UFPR, 1991). Doutorado em Ciências Florestais (UFV, 2003).

Equipe Técnica Autoral

Frederico Magalhães Siman

Cientista Social (PUC-MG, 2011). Especialização em estudos de Impactos e Licenciamento Ambiental em Mineração e Grandes Empreendimento (PUC-MG, 2015). Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (UFRRJ, 2015). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV).

Francisca Schaich Prates

Cientista Social (UFMG, 2003). Mestrado em Ciências da Educação (UFMG, 2006)

Marluce de Souza Abduane

Contadora (FACCO, 1993). Administradora de Cooperativas (UFV, 2002) e especialista em Cooperativismo de Crédito (UFV, 2006).

Irla Paula Stopa Rodrigues

Bióloga (UFMG, 2013). Doutoranda em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre (UFMG).

Adriana Assunção de Carvalho

Bióloga (UFMG, 2013). Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre (UFMG, 2016)

Luiz Eduardo Ferreira Fontes

Engenheiro Agrônomo (UFV, 1975). Especialização em Sensoriamento Remoto pela UNESP (1987). Mestrado em Solos (UFV, 1978). Doutorado em Solos (UFV, 1988).

Leonardo Pereira Rezende

Advogado (UFV, 2001) inscrito OAB / MG 82.289. Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2003).

Leila Regina da Silva

Cientista Social (Puc Minas, 2011). Mestrado em Gestão Social, Desenvolvimento Local e Educação (UNA, 2018).

Manuela Isadora de Aguiar Mello

Engenheira Florestal (UFV, 2011). Especialização em Gestão de Negócios pela Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FACISA, 2013).

Clarissa Godinho Prates

Cientista Socioambiental (UFMG, 2014). Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território (UFMG/Unimontes, 2017).

Fábio Souza Meira

Engenheiro de Controle e Automação (UFMG, 2012). Mestrado em Engenharia Mecânica (Microalgas para biodiesel) (UFMG, 2015)

Luciano Marcos Pereira da Silva

Jornalista (UNI-BH, 2007). Especialização em Desenvolvimento territorial com ênfase em gênero (Centro Internacional de Formação para o Trabalho - OIT Itália, 2010).

Antônio Maria Claret de Souza Filho

Cientista Social (UFMG, 2008). Bacharel em Relações Internacionais (PUC-MG - 2007). Mestrado em Administração Pública (FJB, 2011). Doutorando em Ciências Sociais (PUC-MG).



Lucas Grossi Bastos

Geógrafo (UFMG, 2015). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFMG).

Angela Rosane de Oliveira

Psicologia (FUMEC, 1993), Mestrado em psicologia social (UFMG, 2017), Especialização em educação ambiental (UEMG, 2001).

José Ignácio Esperança Fonseca

Advogado (UFV, 2014) inscrito na OAB / MG 158.690.690. Especialização em direito (UFV, 2014). Pós-graduando em Direito Processual Civil (Escola Paulista de Direito).

Roberta Neves Fontes

Bacharel em Direito (UFV, 2014). Mestrado em Extensão Rural (UFV, 2018).

Mauricio Botrel de Vasconcellos

Sociólogo (UFMG, 2011). Mestrado em Sociologia (UFMG, 2015). Doutorando em pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFMG).

Ramon Neto Rodrigues

Engenheiro Ambiental (UNIFEI, 2015). Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre (UFMG, 2019).

Alessandra Giovanna

Comunicóloga com habilitação em Publicidade e Propaganda e duplo vínculo com Jornalismo (UFMG, 2016). Especialização em Administração Pública e Gestão Governamental (FJP).

Brígida Alvim e Araújo de Almeida Vilela

Jornalista (Uni-BH, 2006). Especialista em Gestão Estratégica da Comunicação (PUC MG, 2008).

Julia Espeschit Rodrigues

Cientista do Estado (UFMG, 2015). Mestranda em Administração Pública (FJP 2020-2022).

Alexandre de Lima Chumbinho

Advogado (Instituto Metodista Isabela Hendrix, 2014), inscrito na OAB/MG sob o nº 152.287. Especialista em Direito do Estado. Ex Secretário Nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

Daniela Fernanda Cardoso de Resende

Advogada (PUC Minas, 2016), inscrita na OAB/MG sob o nº 180.247. Possui aperfeiçoamento em Teoria Democrática, Políticas Públicas e Participação (UFMG, 2019).

Lucas Antunes Barros

Advogado (UFV 2007) inscrito OAB/MG 115.918. Especialista em Direito Público (IEC/PUCMINAS 2010). Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho (Universidade de Itaúna/Ceajufe 2011)

Luiza Lino do Nascimento

Bacharela em Filosofia (UFMG, 2018).

Roberto Geraldo de Figueiredo

Advogado (Escola Superior Dom Helder Câmara, 2019) inscrito OAB/MG: 203.476 Especialista em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (UFMG / 2002) Sociólogo (UFMG / 2000)

Viete Passos Freitas

Agrônomo (UFV, 2007). Especialista em Economia e Desenvolvimento Agrário (UFES-2011). Mestrando em Geografia (UNESP)



Mateus Soares de Souza

Biólogo (UFV, 2009). Bacharel em Filosofia (USP, 2015). Mestre em Filosofia na linha Ética e Filosofia Política (UFABC, 2019)

Marilia Andrade Fontes

Engenheira Florestal (UFV, 2007). Mestre em Agroecossistemas (UFS, 2012). Doutora em Geografia (UFS, 2019).

Dayane Lopes Pinto

Engenheira Florestal (UFRB, 2017). Mestre em Ciência Florestal (UFV, 2020).

Antonio Carlos de Souza

Engenheiro Agrônomo (UFV, 2007).

Maria Eunice Paula de Souza

Engenheira Agrônoma (UFV, 2004), Postgraduate Diploma in Natural Resources (Curtin University, 2007), Mestre em Solos e Nutrição de Plantas (UFV, 2010), Doutora em Solos e Nutrição de Plantas (UFV, 2014), Pós-doutora em Solos e Nutrição de Plantas (UFV, 2016).

Leonardo Vilaça Dupin

Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo (UFV, 2007), mestrado em Extensão Rural (UFV, 2010) e doutorado em Ciências Sociais (UNICAMP, 2019).

Rafael Kopschitz Xavier Bastos

Engenheiro civil (UFJF, 1980). Especialização Engenharia Saúde Pública (1981) - Escola Nacional de Saúde Pública / Fundação Oswaldo Cruz. PhD (1992) e pós doutorado em Public Health Engineering (2009) - University of Leeds, UK.

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:

Divulga Science

Ficha catalográfica

Plano de trabalho: Assessoria Técnica Independente Para a Reparação Integral de danos aos atingidos pelo desastre da Vale. Bacia do rio Paraopeba, Região 3. Coord.: Luiz Eduardo Ferreira Fontes e Gumercindo Souza Lima. NACAB, Belo Horizonte, 2020.

179 p. ; il; 21 x 29,7 cm



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Assessoria Técnica Independente a Atingidos: Não Pode Haver Retrocesso!

O Brasil passa por um momento tenso e delicado na seara dos Direitos Humanos – a questão das pessoas e comunidades atingidas e ameaçadas por barragens e empreendimentos mine- rários. Após o rompimento da barragem da Samarco (2015) muito se ouviu sobre “Mariana Nunca Mais...”. E veio o rompimento da barragem da Vale S.A., com absurdos e inexplicáveis 259 mor- tes confirmadas. E veio Itatiaiuçu... E Macacos... E Barão de Cocais...

Em momento tão crítico, a Assessoria Técnica Independente (ATI) é conquistada como direito, fruto de lutas históricas de movimentos sociais. As ATIs encontraram nas instituições de justiça o respaldo fundamental e necessário para sua implantação. As pessoas e comunidades da Região 3 da bacia do rio Paraopeba escolheram o NACAB para ser sua ATI. É uma região extensa, com cerca de 180 km de calha de rio, com população total de mais de 250.000 habitantes, em dez municípios.

O investimento de R\$ 864,50 para cada atingido da Região 3 ter, durante seis meses, garantida a Assessoria Técnica é essencial para o resgate da dignidade das pessoas e comunidades que vêm so- frendo, continuamente, os efeitos perversos de um dos maiores desastres socioambientais da história do país. Este Plano de Trabalho (PTr) foi construído a centenas de mãos de Pessoas, Comunidades e Comissões da Região 3, além de mais de duas dezenas de técnicos de diversas formações e áreas do conhecimento. Foram cerca de três meses de intensas atividades, estudos, reuniões e discussões, num amplo processo participativo. Busque ler este PTr a partir da ótica dos atingidos. Com a certeza de que as ATIs vieram para ficar e necessitam ser aprimoradas a cada dia. Sem retrocessos, pelo direito à Assessoria Técnica Independente.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	18
O NACAB	20
<i>Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens</i>	
A ASSESSORIA TÉCNICA DA REGIÃO 3	23
Governança	23
Princípios Norteadores	27
Justificativa	30
OBJETIVOS DA ASSESSORIA TÉCNICA	31
Objetivo geral	31
Objetivos específicos	31
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	33
DANOS APONTADOS PELOS ATINGIDOS DURANTES O CAMPO DE ESCUTA	43
Água e Meio Ambiente	43
Socioeconômico	44
Sociocultural e Psicossocial	46
Saúde Coletiva	46
Medidas e Problemas relacionados à reparação ambiental	47
CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO 3	50
Aspectos sociodemográficos dos municípios	50
Aspectos socioeconômicos dos municípios	52
Povos e comunidades tradicionais	54

Continua ...



PÚBLICO-ALVO POTENCIAL DA ATI	57
ESCOPO E METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO	60
BLOCO UM : AÇÕES PREPARATÓRIAS	63
1. Atualização de planejamento do Projeto	63
2. Implantação das estruturas e recursos de trabalho	65
3. Plano de Pesquisa do Diagnóstico Emergencial de Caracterização das Famílias e Levantamento de Danos Socioeconômicos, Socioambientais, Psicossociais e Culturais	71
4. Elaboração do Plano de Participação, Engajamento e Comunicação	74
5. Planejamento da Assessoria Jurídica	76
6. Apoio Jurídico ao Setor Administrativo	77
7. Planejamento das Formações continuadas	78
BLOCO DOIS : AÇÕES EMERGENCIAIS	79
1. Execução do Plano de Participação, Engajamento e Comunicação Emergencial	80
2. Execução do Diagnóstico Emergencial de Caracterização das Famílias e Levantamento de Danos Socioeconômicos, Socioambientais, Psicossociais e Culturais	81
3. Execução do Plano de Assessoria Jurídica	88
BLOCO TRÊS : AÇÕES PERMANENTES	90
1. Execução do Plano de Participação, Engajamento e Comunicação	90
2. Acompanhar e Oferecer Subsídios Técnicos aos Agentes Implementadores de Soluções Locais no Processo de Reparação	101
3. Monitoramentos socioeconômicos e socioambientais dos danos e reparações	102
4. Execução do Plano de Assessoria Jurídica Permanente	111
5. Construção da Matriz de Danos	112
BLOCO QUATRO : AÇÕES TRANSVERSAIS	114
1. Formação/capacitação continuada da equipe	114
2. Gestão de Tecnologia e Informação	114
3. Controle Social e Accountability	116
4. Formação/Capacitação das comunidades	118

Continua ...



BLOCO CINCO : AÇÕES PONTUAIS	120
1. Consultoria Jurídica para fundamentação e reconhecimento de danos	120
2. Diagnóstico Ampliado de Caracterização das Famílias e Levantamento de Danos Socioeconomicos, Socioambientais e Culturais	121
3. Acompanhamento da Execução de Projetos de Restituição e Fomentos de Desenvolvimento Territorial	126

EQUIPE E GOVERNANÇA	128
Equipe de Atuação Transversal: Coordenação Geral e Gerentes	132
Especialistas, Coordenações e Analistas	145

AUDITORIAS E RELATÓRIOS PARA ACOMPANHAMENTO EXTERNO	151
--	------------

APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA	154
-----------------------------------	------------

APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO	157
1. Orçamento Global	158
2. Custos com Recursos Humanos	160
3. Produtos/Serviços e Consultorias.	165
4. Valores de Infraestrutura e Custeios Gerais	166
5. Custos com Comunicação	167

CONTA BANCÁRIA	168
-----------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
ANEXOS	173



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 : Mapa de Localização da Bacia do Rio Paraopeba	33
Figura 2 : Etapas de construção do plano de trabalho para a Região 3.	34
Figura 3 : Registro de discussão com os atingidos e construção do painel de danos.	36
Figura 4 : Construção de um mapa participativo pelos atingidos em uma das comissões.	36
Figura 5 : Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão de Valentim, Ribeirão do Ouro e Marinheiros em Florestal, Minas Gerais.	37
Figura 6 : Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão do Chacreamento Vargem Grande em Pará de Minas, Minas Gerais.	37
Figura 7: Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão de Padre João, Vinhático e Bambus em Esmeraldas, Minas Gerais.	39
Figura 8: Fotografia de uma reunião da Assessoria Técnica Independente com a comissão de Córrego do Barro em Pará de Minas, Minas Gerais.	40
Figura 9 : A bomba d'água à direita foi retirada do rio Paraopeba (município de Papagaios) no mês de maio/2019 e observa-se que todo o seu revestimento externo foi corroído pelo contato direto com a água do rio. A bomba à esquerda, utilizada no rio Paraopeba antes do rompimento da barragem B1, apresenta revestimento intacto, servindo como base de comparação.....	45
Figura 10 : Exemplo de mapa de Georreferenciamento das edificações a 1km do leito do Rio Paraopeba para o Município de Esmeraldas, Minas Gerais.	58
Figura 11: Fluxograma ilustrativo das ações propostas por eixo de atuação.	62
Figura 12: Localização das estruturas operacionais do Plano de Trabalho de Assessoria Técnica.....	69
Figura 13: Proposta de fluxo de comunicação para gestão e tratamento de demandas.....	97
Figura 14: Estruturação Organizacional da Equipe Técnica.	129



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 : Cronograma e o número de participantes das reuniões de escuta por município e comissões.	38
Tabela 2 : Cronograma e o número de participantes nas reuniões para apresentação e validação do plano trabalho por comissão.	40
Tabela 3 : Dados sociodemográficos dos municípios que compõe a Região 3.	51
Tabela 4 : Estimativa de público que será atendido por município.	58
Tabela 5 : Municípios e comissão de atingidos do Escritório Central de Pará de Minas.	69
Tabela 6 : Municípios e comissão de atingidos do Escritório Central de Esmeraldas.	70
Tabela 7 : Municípios e comissão de atingidos do Escritório Central de Paraopeba	70
Tabela 8 : Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência de Assistência Social (IDCRAS) – Municípios Região 3.....	108
Tabela 9: Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (IDCREAS) – Municípios Região 3 com presença de CREAS.....	109
Tabela 10: Índice de Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (IDSUS) para os Municípios Região 3.....	110
Tabela 11: Descrição da equipe com quantitativo de profissionais por cargo.....	130
Tabela 12 : Cronograma de atividades a serem realizadas pela ATI em cada uma das etapas de trabalho previstas, considerando os 23 meses de trabalho.	153
Tabela 13: Quadro síntese do Orçamento Global da Assessoria Técnica Região 3.	159
Tabela 14: Quadro síntese das características globais de estrutura, recursos humanos e produtos.	159
Tabela 15: Custos com a contratação de pessoal pela CLT por tipo de encargo e incidência.	160
Tabela 16: Descrição dos Custos com Recursos Humanos previstos pela ATI R3.....	161
Tabela 17: Tabela descritiva dos custos de hora/homem baseada nos valor do salário mais encargos.....	163
Tabela 18: Tabela descritiva dos custos por produto e serviços temporários e/ou específicos	165
Tabela 19: Tabela descritiva dos valores com infraestrutura e custeios gerais previstos para ATIR3. ...	166



LISTA DE SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
AP	Áreas Protegidas
APPs	Áreas de Preservação Permanente
ATI	Assessoria técnica independente
BI	Business Intelligence
CAR/MMA	Cadastro Ambiental Rural
CadÚnico	Cadastro Integrado de Programas Sociais do Governo Federal
CETEC	Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
CPB	Câmara de Proteção à Biodiversidade
CODEMA	Conselho Conservação e Defesa do Meio Ambiente
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental
DN	Deliberação Normativa
DPMG	Defensoria Pública de Minas Gerais
DPU	Defensoria Pública da União
Epamig	Fundação de apoio à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FACEV	Fundação FACEV
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDCRAS	Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência da Assistência Social
IDCREAS	Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDSUS	Índice de Desempenho do SUS
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
INSEA	Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável
ISAB	Internações sensíveis à atenção básica
LAS	Licença Ambiental Simplificada
MPF	Ministério Público Federal
MPMG	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
M&A	Monitoramento e Avaliação



NACAB	Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PCHs	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDEs	Pilhas de Estéril
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
RLs	Reservas Legais
RPCC	Regulamento de Princípios, Compras e Contratações
SIGEF/INCRA	Sistema de Gestão Fundiária
SUS	Sistema de Único de Saúde
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais



INTRODUÇÃO

O presente Plano de Trabalho visa apresentar as linhas de atuação do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - NACAB – para a Região 3, definida para fins de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem B1 e soterramento das barragens B IV e B IV A da Mina Córrego do Feijão em 25 de janeiro de 2019. A Região 3 abrange dez municípios: Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Papagaios, Fortuna de Minas, Caetanópolis e Paraopeba.

O rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão tem sido considerada por analistas e entidades sociais como o maior desastre socioambiental em termos de perdas de vida humana e o maior acidente de trabalho já registrado no Brasil. Nos instantes seguintes ao rompimento, 13 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro ocasionaram uma devastação que se iniciou na estrutura administrativa e operacional da Vale S.A, atingindo e soterrando comunidades, casas, fazendas e diversas estruturas até chegar no rio Paraopeba. A tragédia ceifou a triste soma de 270 vidas, cuja a confirmação, mutante a cada dia de busca, já atingiu 259 pessoas, entre trabalhadores da mina e moradores do entorno. Cerca de vinte municípios banhados pelo rio Paraopeba e vários ecossistemas foram atingidos por danos de natureza diversa, provocando interrupções de projetos de vida e econômicos, empobrecimento, desvalorização imobiliária, incertezas de futuro, transtornos psicológicos e estigmatização material e simbólica da região e seus produtos.

Estas profundas marcas exigiram imediata ação do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPMG), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública Estadual (DPMG). Foram inúmeras audiências com a Advocacia Geral da União, Vale S.A. e com o juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte.

Essas audiências resultaram em acordos que buscaram garantir provimento jurisdicional que assegurasse a responsabilidade civil da empresa determinando a reparação integral referente aos danos sociais, morais e econômicos provocados às pessoas, comunidades e outras coletividades atingidas[2]. Além da determinação do bloqueio de um bilhão de reais, a empresa foi responsabilizada pelo acolhimento e abrigamento das famílias que tiveram comprometidas sua condição de moradia, disponibilização de transporte, fornecimento de água potável, alimentação adequada, assistência e custeio de funerais e sepultamentos, apoio logístico e financeiro, entre outros. Essas medidas foram definidas como parte do escopo de medidas emergenciais. Dentro deste escopo, as instituições de justiça, comprometidas com a salvaguarda e defesa de Direitos Humanos, buscaram garantir aos atingidos uma integral assistência e acolhida, por meio da presença de uma equipe multidisciplinar.

Ao curso do tempo, muitas outras necessidades e danos se apresentam exigindo ações efetivas de repa-



ração, e, em muitos casos de compensação, determinando a necessidade, junto aos atingidos, de uma Assessoria Técnica Independente qualificada e implicada com os múltiplos e complexos processos no curso de uma reparação integral.

Conforme observado na Ação Civil Pública ajuizada pelo o Ministério Públicos do Estado de Minas Gerais – MPMG, a Assessoria Técnica Independente (ATI) é um direito que deve ser garantido aos atingidos localizados ao longo do curso da bacia hidrográfica do rio Paraopeba. Esse direito é essencial devido às múltiplas transformações sofridas em seus meios e modos de vida após o rompimento da barragem B1, e do desastre que se instaura enquanto um processo complexo em curso. Ainda de acordo com MPMG, esse direito é necessário para garantir a participação ampla e informada dos atingidos nos processos decisórios e equilibrar a correlação de forças desiguais no campo dos conflitos ambientais. Visando a garantia desses direitos para os atingidos via assessoria técnica, o MPMG apontou na ACP três premissas necessárias para essa efetivação: os atingidos escolherem a entidade que irão lhe assessorar, uma equipe multidisciplinar e a vinculação da entidade aos interesses e direitos das pessoas e famílias atingidas.

A escolha da entidade pelos atingidos visa balizar o princípio da participação e o da livre escolha das comunidades e/ou grupos sociais atingidos. Nessa escolha, não é permitido nenhum tipo de interferência da Vale S.A., que é ré no processo, já que os sujeitos necessitam construir relações de confiança com a entidade selecionada. Além disso, na ACP, o MPMG aponta que o único papel da ré é custear o projeto da ATI.

A equipe multidisciplinar se faz necessária diante de um cenário diverso de relações e contextos nas dimensões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais nas comunidades e grupos sociais atingidos. Essas variedades de situações necessitam de atenções e tratamentos iguais e concomitante, com equipes capazes de atender todas essas dimensões de forma satisfatória. Por fim, ainda de acordo com o MPMG, a instituição a ser escolhida precisa possuir uma vinculação histórica com os interesses e direitos dos atingidos.

A fim de resguardar essas premissas, as Instituições de Justiça (Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais) lançou o termo de referência para o cumprimento das ações estipuladas na audiência realizada na 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte no bojo dos autos nº 5010709-36.2019.8.13.0024 no dia 20/02/2019. Esse termo teve como objetivo regular o processo de escolha das assessorias e estipular às instituições passíveis de credenciamento.

Em abril de 2019 as Instituições de Justiça realizaram, por meio de um Edital, o chamamento público para credenciamento de entidades sem fins lucrativos para a prestação de assessoria técnica independente às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, organizadas espacialmente em 5 regiões, a saber:



- a) Região 1 - Brumadinho;
- b) Região 2 - Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba;
- c) Região 3 - Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, Fortuna de Minas, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Papagaios e Paraopeba;
- d) Região 4 - Pompéu e Curvelo;
- e) Região 5 - Demais municípios banhados pelo Lago da UHE de Três Marias (São Gonçalo do Abaeté, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Martinho Campos, Abaeté e Três Marias)

Após o credenciamento das instituições, no dia 27 de junho de 2019, as Instituições de Justiça divulgaram a convocatória de eleição prevendo a assessoria técnica para a Região 3, conforme agrupamento estabelecido pela Instituição de Justiça. Nesta região foram mobilizadas 21 comissões compostas pelos atingidos dos 10 municípios¹ de abrangência. No dia 07 de julho, no município de Pará de Minas, em amplo processo de participação, houve a eleição da ATI e o NACAB e seus parceiros foram escolhidos por maioria dos votos das comissões para atuar na região. Imediatamente após a conclusão do procedimento de escolha, a assessoria iniciou o processo de construção do presente Plano de Trabalho.

Assim apresentamos, juntamente com as comissões de atingidos e atingidas articulados na Região 3, este Plano de Trabalho.

¹ Nesse documento o município de Caetanópolis foi incorporado ao agrupamento da região 3.



APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho ora apresentado tem como princípio a garantia dos direitos a um processo de reparação integral e justo, e a participação ampla e informada dos atingidos. Para tanto, esse documento apresenta ações que buscam um controle social qualificado e o equilíbrio da correlação de forças entre atingido e empresa no processo de reparação e compensação dos danos decorrentes do desastre.

Como formato estruturante, o plano foi dividido em cinco blocos de ações que expressam, de forma articulada, a metodologia de atuação da Assessoria Técnica Independente do Nacab: Ações Preparatórias, Ações Emergenciais, Ações Permanentes, Ações Transversais e Ações Pontuais. Esses blocos podem ser interpretados como categorias mais abrangentes mobilizadas para a classificação das atividades/ produtos/serviços a serem desenvolvidos pela na ATIR3. Essas categorias permitem organizar, tanto do ponto de vista do planejamento quanto da execução e da prestação de contas, a natureza das atividades desenvolvidas no contexto da ATIR3. A seguir apresentar-se-á uma breve explicação do significado de cada um destes eixos de ação.

AÇÕES PREPARATÓRIAS

Ações de construção das condições necessárias ao desenvolvimento operacional e executivo de todas as atividades/produtos/serviços propostos no Plano de Trabalho.

AÇÕES EMERGENCIAIS

São compreendidas como ações desta ordem:

- I. ações de assessoria destinadas às famílias e comunidades visando o atendimento de suas demandas urgentes e a cessação da violação de direitos.
- ii. ações que visam levantar e/ou produzir informações sobre a realidade do território em suas múltiplas dimensões (ambientais, sociais, jurídicas, econômicas, fundiárias, etc) e em diferentes níveis analíticos (individual, familiar, comunitário).
- iii. ações que visam subsidiar outras ações que se sucedem no tempo.



AÇÕES PERMANENTES

Ações perenes que devem ser desenvolvidas a contar do momento em que as condições para a sua execução são estabelecidas até o final dos trabalhos da ATIR3.

AÇÕES TRANSVERSAIS

Ações que não tem relação com o objetivo-fim da ATIR3, mas que contribuem para o aprimoramento/otimização dos processos.

AÇÕES PONTUAIS

Ações com começo, meio e fim bem delimitados, intermitentes. Podem ser pré-planejados ou surgirem como demanda ao longo da execução do projeto.

São nesses cinco eixos de ações, que compreendem escopo e temporalidades distintas, que os processos, práticas e técnicas de intervenção e mobilização social e ambiental do NACAB estão descritos de forma pormenorizada.

O plano de Trabalho está organizado em 13 sessões, conforme esquema abaixo:



O NACAB

O NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - é uma Associação Civil de direito privado sem fins lucrativos, criada com os objetivos, entre outros, de:

- Promover, como fins específicos, a defesa judicial e extrajudicial dos direitos humanos, da saúde pública, da educação, da qualidade de vida, do meio ambiente, da proteção ao consumidor de bens e serviços, do patrimônio histórico e artístico, bem como do patrimônio público;
- Promover a justiça social, a justiça ambiental e o desenvolvimento sustentável
- Fortalecer a organização e promover o empoderamento de agricultores de base familiar, de comunidades ribeirinhas, comunidades tradicionais e comunidades atingidas por atividades de impacto socioambiental e por desastres ambientais, com especial atenção às comunidades atingidas por barragens e atividades de mineração.
- Propiciar apoio e assessoria a essas comunidades na luta por seus direitos e por melhores condições de vida, no enfrentamento de forças políticas e econômicas adversas, bem como combater a fome e a pobreza.
- Promover a formação e capacitação dessas comunidades nas mais diversas áreas do conhecimento, com especial atenção à agroecologia, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e educação ambiental.

O NACAB tem origem em meados dos anos 1990, por iniciativa de um grupo multidisciplinar de professores da Universidade Federal de Viçosa, na forma de núcleo interdisciplinar de pesquisa, extensão e assessoria a comunidades atingidas por empreendimentos hidrelétricos na Zona da Mata - MG. Ao longo de suas atividades, o NACAB foi incorporando também em seus quadros estudantes das mais diversas formações e representantes das comunidades atingidas. Nesta época destaca-se a atuação do NACAB na defesa dos direitos das comunidades ameaçadas / atingidas pelos projetos da usina hidrelétrica (UHE) de Pilar, no rio Piranga, nos municípios de Ponte Nova e Guaraciaba; da UHE do Emboque no rio Matipó, nos municípios de Raul Soares e Abre Campo.

Em 2002 o NACAB se reorganiza na forma de Associação Civil de direito privado sem fins lucrativos, tendo como fundadores o grupo original do Núcleo da UFV. A organização se fortaleceu então e ampliou sua margem de ação, tendo, em toda sua trajetória, atuado em cerca de 20 municípios da bacia do rio Piranga, sub-bacia do Alto Rio Doce, da bacia do Paraíba do Sul. Além das já referidas experiências de UHE Pilar e Emboque, podem ser citadas a atuação do NACAB na defesa dos direitos das comunidades em meio a conflitos socioambientais decorrentes da instalação de barragens nos seguintes

